

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLIV • Nº 449 • Brasília-DF • Outubro 2022



ENTREVISTA

**Joênia
Wapichana**

e o apoderamento dos espaços para a ampliação do protagonismo indígena na política. A trajetória da primeira deputada federal indígena na história abre caminhos para a “bancada do cocar” eleita em 2022

Páginas 10 e 11

A foiçada na Funai

Decreto do governo federal enfraquece Funai, afronta Constituição e inviabiliza participação indígena. O documento que reformulou o estatuto da Funai extingue espaços de participação indígena e enfraquece unidades descentralizadas

Páginas 8 e 9

TEM ALDEIA NA POLÍTICA

A representatividade na política brasileira e a resiliência indígena, um ato de resistência.

Será que com mais vozes indígenas no Congresso Nacional os demais representantes do povo “ficarão mais uma vez omissos, ficarão alheios as agressões movidas pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena?”

Páginas 3 e 4

Tarefa histórica de quem defende a democracia e a diversidade é somar-se à luta pela defesa de uma sociedade mais justa, igualitária e plural

O Brasil vive um momento histórico. As eleições presidenciais de 2022 são cruciais não só para a democracia brasileira, mas para o futuro da vida no planeta e da própria humanidade. Diante deste cenário, é necessário soma-se às pessoas que lutam pela construção de alternativas que visam a defesa de uma sociedade mais justa, igualitária e plural, calcada no pacto constitucional estabelecido em 1988.

Os últimos quatro anos foram marcados pela erosão democrática e pelo desmonte das instituições do Estado brasileiro, alvos dos ataques constantes do governo federal eleito em 2018. Esses ataques atingiram especialmente os grupos sociais minoritários e em situação de maior vulnerabilidade, e ficaram ainda mais evidentes durante a desastrosa gestão da pandemia, que custou ao nosso país quase 700 mil vidas.

Os povos indígenas também vivenciaram, sob a gestão de Bolsonaro, um contexto inédito de ataques contra seus direitos constitucionais, seus territórios e sua própria existência. Desde a campanha presidencial de 2018, quando prometeu não demarcar “nenhum centímetro” de terra aos povos originários, o mandatário fez da postura anti-indígena uma de suas marcas.

Na presidência, apresentou projetos legislativos e editou medidas infralegais que buscaram inviabilizar o reconhecimento dos territórios tradicionais indígenas e entregar as terras já demarcadas a grandes empresas, latifundiários e invasores. Bolsonaro e seus aliados desmontaram mecanismos de proteção territorial, fiscalização ambiental e assistência a comunidades indígenas.

O desvirtuamento a que a Fundação Nacional do Índio (Funai) foi submetida evidencia o verdadeiro sequestro do Estado brasileiro e de suas instituições, que passaram a ser atacadas e corroídas por dentro.

Tal governo atuou incansavelmente para desconstruir o pacto de 1988 e desmontar os mecanismos de

fiscalização de crimes contra os povos e comunidades tradicionais e contra o meio ambiente.

O balanço desastroso dos últimos quatro anos é evidenciado pelo relatório anual em que o Cimi compila as violências contra os povos indígenas no Brasil – e que registrou, neste período, um aumento vertiginoso de ataques, invasões e violações diversas dos direitos destes povos.

Os diversos dados sobre o aumento do desmatamento, das queimadas e do garimpo ilegal, especialmente em biomas como a Amazônia e o Cerrado, corroboram este cenário calamitoso.

Ao longo dos últimos quatro anos, ao invés de atuar como mediador e defensor dos bens públicos de nosso país, Jair Messias Bolsonaro usou todos os instrumentos ao seu alcance para entregar o patrimônio dos povos indígenas a grupos de interesse privados – e só não foi mais bem-sucedido em seus intentos porque sofreu reveses judiciais, despertou a reação da sociedade civil e, sobretudo, porque enfrentou a resistência dos povos originários.

Se, por um lado, o mandatário deixou claro em diversas ocasiões seu desprezo pela democracia e pelos direitos constitucionais indígenas, por outro, evidencia a cada passo sua disposição ao golpismo, sua postura autocrática e sua admiração por regimes autoritários.

O Cimi, fundado há 50 anos em meio à resistência contra a Ditadura Militar, a repressão e a censura, fez coro aos que repudiaram tal governo federal e defendem a democracia e a liberdade.

Respeitar estes valores significa respeitar, especialmente, o direito à diversidade dos povos que vivem e são parte fundamental do que é o Brasil. Por tudo isso, o Cimi se soma aos que acreditam que, em 2022, a esperança deve vencer o medo e a tirania.

Memórias ao vento

Governo se desfaz de relatórios da Comissão da Verdade, publicações sobre tortura, relatos de advogados de perseguidos do regime e mais. A iniciativa começou no início do governo Bolsonaro, quando a então ministra Damares Alves – da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – iniciou uma cruzada para eliminar as memórias da ditadura e anulou centenas de concessões de anistia aprovadas anteriormente para perseguidos e torturados pelo regime militar. Declaradamente negacionista sobre a existência dos anos de chumbo, Damares contabilizou cerca de 17 mil itens que serão descartados, alegando que o armazenamento é desperdício de dinheiro público. O governo, por sua vez, alegou não se tratar de descaso com a memória da ditadura, mas uma questão de logística e de espaço. O ministério informou se tratar de uma doação. Esse material foi produzido nos anos dos governos do PT. Milhares de processos de perseguidos estão sob a guarda da comissão, com casos que foram e ainda estão para serem julgados, com uma série de documentos, áudios e provas da ação do Estado contra essas pessoas. Segundo o ministério, esses processos de julgamento serão preservados e não estão inseridos na lista de publicações a serem doados. (Com informações do Metrôpoles).

Tem “Oscar” na Aldeia

Uma história em quadrinhos (HQ) que retrata a língua indígena de sinais utilizada por pessoas surdas do povo Terena está concorrendo ao 34º Troféu HQMIX, considerado o Oscar dos quadrinhos. A HQ foi desenvolvida em formato plurilíngue e sinalizada também na Língua Brasileira de Sinais (Libras). O material inédito é resultado do trabalho de conclusão de curso de Ivan de Souza, na licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A história disputa o prêmio na categoria “Produção para outras linguagens”. O resultado do prêmio deverá ser divulgado no final do mês de novembro. A história integra o projeto da UFPR “HQ’s sinalizadas”, que trabalha com temas transversais dos artefatos da cultura surda – história, língua, cultura, saúde. A proposta é criar, aplicar e analisar histórias em quadrinhos sinalizadas como uso de seqüências didáticas bilíngues para o ensino de pessoas surdas. (Informações do Brasil de Fato Curitiba-PR).

Atentados contra a existência

Organização das Nações Unidas (ONU) alerta sobre a ameaça espiritual, cultural e física que indígenas brasileiros enfrentam diante das atuais políticas do governo. De acordo com o texto Assembleia Geral da ONU, existem tratados que “proíbem explicitamente a coerção em questões de religião ou crença”. “No entanto, segundo os interlocutores, muitos povos indígenas ainda hoje estão sendo convertidos à força a religiões não indígenas “para sobreviver” em meio a ameaças de violência, hostilidade e discriminação por parte do Estado e instituições religiosas”, disse. Ao citar casos concretos, a relatoria da ONU faz uma denúncia clara contra o governo Bolsonaro. “No Brasil, a sociedade civil levantou preocupações sobre o chefe da unidade do Departamento Federal de Assuntos Indígenas encarregado de proteger os grupos indígenas não contatados, temendo pressões impróprias para sua conversão”. “A ambivalência ou cumplicidade do Estado também é uma preocupação. A falta de regulamentação do governo brasileiro sobre fertilizantes agrícolas tem supostamente causado poluição das águas em território indígena, ameaçando águas espiritualmente significativas”, disse. (Com informações de Jamil Chade do UOL).



A representatividade na política brasileira e a resiliência indígena, um ato de resistência

Em referência a Ailton Krenak durante a constituinte, questionamos: será que com mais vozes indígenas no Congresso Nacional os demais representantes do povo ficarão mais uma vez omissos, ficarão alheios as agressões movidas pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena?

Por **Hellen Loures**, Assessoria de Comunicação do Cimi

“Os Srs. sabem, V. Exas. sabem que o povo indígena está muito distante de poder influenciar a maneira que estão sugerindo os destinos do Brasil. Pelo contrário. Somos talvez a parcela mais frágil nesse processo de luta de interesses que se tem manifestado extremamente brutal, extremamente desrespeitosa, extremamente aética”, frisou Ailton Krenak durante a Assembleia Nacional Constituinte, em 4 de setembro de 1987, em uma das cenas mais marcantes da história, que desembocou na explicitação e fundamentação dos direitos dos povos originários em um capítulo único e específico da Constituição Federal. Naquela ocasião, o modo de vida dos povos indígenas no Brasil foi enfim reconhecido, bem como sua capacidade jurídica autônoma.

Na Constituinte, entretanto, apesar do desfecho favorável aos povos indígenas, acusações orquestradas de conspiração contra os interesses nacionais e econômicos procuraram destruir os avanços conquistados - cenário que se observa até os dias atuais. “Somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé (...) O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil. E os senhores são testemunhas disso”, lembrou Ailton Krenak, no púlpito do plenário da Câmara dos Deputados, enquanto pintava o próprio rosto com tinta preta, de jenipapo, produto usado por seu povo, os Krenaks, em situações de luto.

Hoje, 34 após a promulgação da Constituição de 1988, os povos originários – ainda sem ter conseguido sequer metade dos direitos e garantias reconhecidas no texto constitucional e com um acúmulo desumano e violento de ameaças aos seus corpos, culturas e territórios – caminham para ter



Ailton Krenak durante a Assembleia Nacional Constituinte em 1987

mais representatividade política na defesa de pauta sociais, de políticas públicas e de proteção ambiental e territorial, buscando, cada dia mais, que seus direitos se estabeleçam conforme determina a Carta Magna.

Nessa eleição, mais um passo foi dado para o protagonismo dos povos originários, quando 186 pessoas autodeclaradas indígenas se candidataram para o pleito 2023-2026, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Um número 40% maior que na disputa passada. O maior número desde 2014, aponta a agência Mongabay, quando foi iniciada a autodeclaração racial e 84 candidatos se autodeclararam indígenas.

No âmbito municipal, segundo a agência, indígenas têm ocupado cargos políticos desde 1969, quando Manoel dos Santos, do povo Karipuna, tornou-se o primeiro vereador indígena do Brasil de Oiapoque, no Amapá. Já no Congresso Nacional, até a eleição de 2022, somente três indígenas tinham sido eleitos: o primeiro foi Mario Juruna, do povo Xavante, que atuou pelo estado do Rio de Janeiro; o segundo, em 2014, José Carlos Nunes da Silva, eleito deputado estadual no Espírito Santo; e a terceira, em 2018, foi Joênia Wapichana, deputada federal pelo Estado de Roraima.

Com os resultados do 1º turno das eleições de 2022, foram sete autodeclarados indígenas eleitos para o Congresso. Desses, apenas três candidaturas tem um envolvimento mais orgânico com o movimento indígena: Sonia Guajajara (PSOL-SP), Célia Xakriabá (PSOL-MG) e Juliana Cardoso (PT-SP). Já nos estados, Anne Moura concorre como vice na chapa que disputa o governo do Amazonas e Jerônimo Rodrigues irá disputar o governo da Bahia no segundo turno. Ele foi o nome mais votado ao cargo no estado.

Perspectivas

Em 2023, o Congresso Nacional terá o maior número de representantes indígenas da história. A perspectiva desse protagonismo é uma maior incidência nas pautas ambientais e na defesa dos direitos dos povos →



Marcha “Basta de Violência”, durante o ATL 2022



II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, realizada em 10 de setembro de 2021, em Brasília

Foto: Hellen Loures/Cimi

Foto: Marina Oliveira/Cimi

→ originários. O cenário de atuação dessa nova turma, entretanto, ainda depende de um segundo turno favorável a pauta social, que se dará, em especial, com a definição do presidente do país. O fato concreto até aqui é que, com o crescimento de bolsonaristas e adversários diretos no Legislativo, será árdua a atuação da bancada do cocar.

Projetos de Lei e Emendas Constitucionais anti-indígenas se acumulam há vários mandatos e somam-se às inúmeras investidas do governo Federal contra os povos originários. É o caso do absurdo chamado marco temporal e seu esbulho renitente, que afirma que só têm direito às suas terras os índios que lá se encontravam no dia da promulgação da Constituição de 1988.

Agora, resta torcer por um país que acabe de vez com as tentativas “dissipadas” durante a Assembleia

Constituinte, de integração forçada dos povos indígenas, e com as inúmeras violências provocadas pela falta de cumprimento do texto constitucional, que determina a demarcação das terras indígenas.

O segundo turno entre Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro poderá ser decisivo para o futuro do Brasil e dos povos indígenas. Um dos governantes, mesmo que com todas as contradições que envolvem sua vida política, se comprometeu com a democracia, com os povos indígenas e com o meio ambiente, prometendo acabar com o garimpo ilegal em terras indígenas, fortalecer a fiscalização e criar um ministério dos povos originários. Enquanto o outro candidato defende abertamente, e sempre defendeu, uma política anti-indígena pautada na não demarcação de terras e no desmonte de inúmeros órgãos ambientais e de fiscalização, fortalecendo projetos de extermínios e o Ecocídio.

A representação política dos direitos indígenas é questão de vida, é ato de resistência diante da agenda de morte do governo federal. A busca pelo protagonismo dos povos originários, muitas vezes silenciados e alijados do debate político brasileiro, se dá num cenário histórico de extrema violências e que está atrelada à sub-representação desses povos nos espaços de tomada de decisão, espaços que deveriam garantir diversidade e direitos humanos. Bolsonaro representa uma ameaça a estes direitos garantidos na constituição federal e, principalmente, à democracia, pois sempre mostrou abertamente suas tendências autoritárias e passou todo seu mandato alimentando discursos de ódio e de ruptura institucional. Ocupar a política e se apropriar de espaços de discussões é, portanto, uma forma de lutar pela proteção dos mais de 230 povos indígenas do Brasil e de seus territórios.



Foto: Giulianne Martins

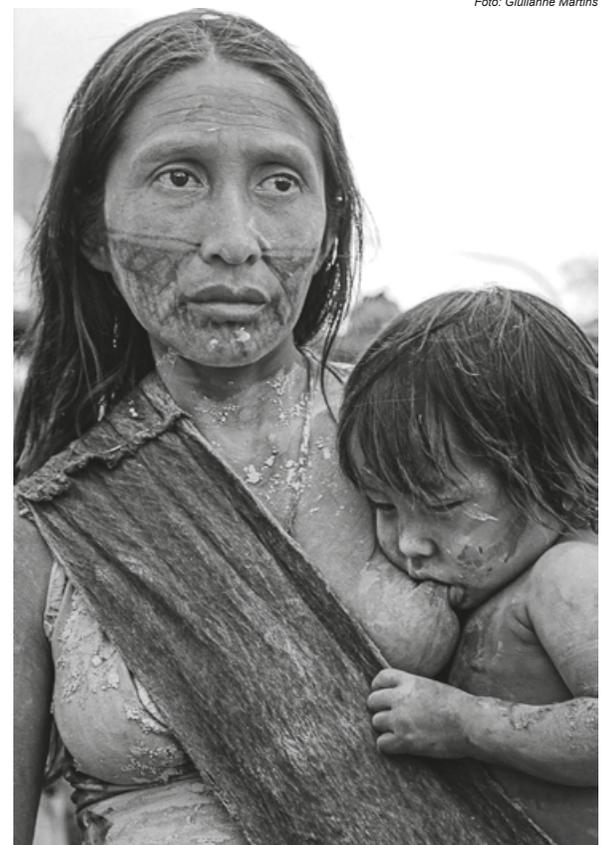


Foto: Giulianne Martins

Bispos brasileiros afirmam que “não cabe neutralidade” perante projeto autoritário do atual governo

“O segundo turno das eleições presidenciais de 2022 nos coloca diante de um dramático desafio. Devemos escolher, de maneira consciente e serena, pois não cabe neutralidade quando se trata de decidir sobre dois projetos de Brasil, um democrático e outro autoritário”. Esse é o posicionamento dos Bispos do Diálogo pelo Reino – composto por bispos da Igreja Católica de várias regiões do Brasil –, em carta publicada no dia 24 de outubro de 2022.

No documento, os bispos denunciam a gravidade das ações do atual presidente e afirmam que seu governo é “comprometido com a ‘economia que mata’” e que “menospreza as políticas públicas, porque despreza os pobres”.

“Enquanto dizia ‘Deus acima de tudo’, o presidente ofendia as mulheres, debochava de pessoas que morriam asfixiadas, além de não demonstrar compaixão alguma com as quase 700 mil vidas perdidas para a covid-19 e com os 33 milhões de pessoas famintas em seu país. Lembramos que o

Brasil havia saído do mapa da fome em 2014, por acerto dos programas sociais de governos anteriores”, diz outro trecho da carta.

Os bispos afirmam, ainda, que o segundo turno “não se trata de uma disputa religiosa, nem de mera opção partidária e, tampouco, de escolher o candidato perfeito, mas de uma decisão sobre o futuro de nosso país, da democracia e do povo”. Segundo eles, a Igreja não tem um partido, mas tem um lado: da justiça, da paz, da solidariedade, do amor, da igualdade, da liberdade religiosa, do Estado laico, da inclusão social e do bem viver para todas as pessoas.

Instituições vinculadas à Igreja Católica repudiam ações do atual governo

Organismos, pastorais e instituições vinculadas ou relacionadas à Igreja Católica se posicionaram, por meio de nota, a respeito do segundo turno eleitoral. Em texto, as instituições demonstraram

preocupação com o presente e o futuro do país e também repudiaram as ações do atual governo.

“As ações do atual presidente em favor das armas de fogo, que incentiva a violência; a sua prática constante de propagar mentiras e disseminar o ódio; a manipulação que faz das religiões como forma de poder; a sua política de destruição ambiental; [...] por suas más atitudes no trato das questões relativas às juventudes, às mulheres, aos negros, às pessoas LGBTQIA+ e aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais; enfim, todos esses seus atos nos impelem a nos posicionarmos contrários à sua reeleição, para sermos coerentes com a Doutrina Social da Igreja Católica e com o Evangelho de Jesus”, afirma um trecho da nota.

Em seguida, as instituições se solidarizaram com todas as pessoas atingidas pelo desemprego, pelos baixos salários, pela alta dos preços das comidas e pela negligência do governo federal perante a pandemia de Covid-19. ♦

Em Rondônia, ruralistas usam contexto eleitoral para atacar indígenas com discursos falaciosos

Fazendeiros e empresários tentam conquistar votos para a reeleição de Bolsonaro jogando moradores dos municípios do estado contra indígenas

Por **Marina Oliveira**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Antes mesmo de ser eleito presidente, Jair Messias Bolsonaro prometia não demarcar um centímetro sequer de terra indígena. O discurso já era parte de seu plano de governo: agradar ruralistas e passar a tratorada por cima das árvores, do solo, da água, da vida dos povos originários. E, assim, ele segue cumprindo com a promessa ao longo desses – quase – quatro anos desastrosos.

Em Rondônia, um dos estados brasileiros dominados pelas cercas espinhosas do agronegócio, a situação não é diferente. Entre 2019 e 2022, sob o governo do Coronel Marcos Rocha (União) – aliado de Bolsonaro –, a floresta amazônica no estado foi devastada, ampliando, ainda mais, o “arco do desmatamento”. Consequentemente, os conflitos por terra foram intensificados, permitindo invasões em terras indígenas e em unidades de conservação.

Agora, em meio às eleições, o cenário é ainda pior. Temendo perder as mordomias presenteadas por Bolsonaro, fazendeiros e empresários tentam conquistar votos – da forma mais baixa possível – para a reeleição do candidato à presidência. Como parte da campanha, os ruralistas estão amedrontando os agricultores locais por meio do argumento de que perderão suas terras para os indígenas em caso de uma eventual vitória de Lula.

Esse movimento foi feito durante encontro realizado na noite do dia 8 de outubro, no Parque de Exposição de São Francisco de Guaporé (RO). Além disso, um vídeo – ao som de uma música perturbadora – passou a circular no WhatsApp dos moradores de Porto Murtinho (RO) e região. No vídeo, é possível conferir um mapa com uma grande área marcada na cor verde. E, acima, escrito: “você sabia que a maioria de vocês estão [sic] dentro dessa área que é de interesse da Funai que a esquerda promete virar reserva indígena?”.

Em seguida, fazem outros questionamentos: “Você acha que só perderão [sic] quem está dentro dessa área? Como ficará o preço de nossas terras com a formação dessa reserva? Você acha que se votar na esquerda a sua situação será diferente do seu vizinho que votou na direita?”. E, por último, uma ameaça: “Você vai pagar para ver? O risco é seu, mas também é meu. Pense”.

A área destacada no vídeo é o Vale do Guaporé, local que abarca os municípios de São Miguel, Seringueiras, São Francisco e Costa Marques – e onde, há décadas, os povos Puruborá, Migueleno e Kujubim travam uma luta pela demarcação de seus territórios.

Resposta aos ataques

No dia 14 de outubro, a Organização dos Povos Indígenas de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso (Opiroma) emitiu uma nota de repúdio em favor dos direitos originários dos povos indígenas Migueleno, Kujubim e Puruborá.

“A Organização dos Povos Indígenas de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso – Opiroma – vem a público repudiar os ataques racistas e anti-indígenas que incentivam o



Em Rondônia empresários atacam indígenas com fake news durante as eleições



Marcha Demarcação Já, durante o ATL 2022

ódio discursado em palanque e em matérias veiculadas nas redes sociais, na tentativa de promover a criminalização e violência contra os povos indígenas Migueleno, Kujubim e Puruborá”, afirma um trecho da nota.

A Opiroma exigiu, ainda, que o Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal e a Justiça Eleitoral tomem as devidas providências para punir os responsáveis pela propagação das fake news, a fim de garantir proteção aos indígenas. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entre outros movimentos e institutos que atuam em prol da causa indígena, também se solidarizaram com os povos Migueleno, Kujubim e Puruborá.

Ao Cimi, lideranças indígenas – todas terão a identidade preservada nesta matéria – falaram sobre a tensão vivida desde que apoiadores de Bolsonaro passaram a reproduzir informações falaciosas, jogando as populações dos municípios da região contra os povos originários e seus direitos.

Uma das lideranças disse que, de uma forma geral, o clima está “pesado”. “Aqui não pode falar sobre a escolha de voto, porque senão já cria discussão. O clima está muito pesado, é só briga entre os candidatos [Lula e Bolsonaro] e os apoiadores também. No território Migueleno houve até ameaça. Falaram [para um dos indígenas do povo] que se não votasse no Bolsonaro, iria perder o emprego. Além disso, agora mesmo iria ocorrer uma assembleia dos Migueleno. Mas deixaram de fazer em razão da pressão política. Ficaram com medo”.

Outra liderança disse que a estratégia adotada pelos apoiadores de Bolsonaro tem a ver com o processo de demarcação do território. “A gente sabe que tudo isso é por causa do território, que não é demarcado e, assim, invadido por tudo quanto é gente que nos persegue, como os fazendeiros, criadores de gado e plantadores de soja, café, arroz e milho”.

“Eles [ruralistas] querem de qualquer jeito que o Bolsonaro ganhe, porque a política dele é de não demarcar nenhum centímetro de terra indígena, como ele mesmo fala. É a sua jogada para ganhar. Eles não respeitam as terras indígenas, estão invadindo o nosso espaço, que ainda aguarda demarcação”.

Denúncia ao MPF

Logo após tomarem conhecimento do vídeo, lideranças dos povos Puruborá, Migueleno, Kujubim e Macurape, do distrito de Porto Murtinho – localizado no município de São Francisco do Guaporé (RO) –, fizeram uma denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) em Rondônia. →

→ “Estamos temendo por nossas vidas, pois esse vídeo foi divulgado nas redes sociais, viralizando rapidamente. Antes dessa publicação, já havia uma discriminação e preconceito. E, agora, ficou mais intenso, criando um ambiente de ódio. Exigimos que a Justiça descubra quem criou e fez a publicação desse vídeo e que a justiça seja feita, sendo assim tomadas as medidas cabíveis”, diz um trecho do documento.

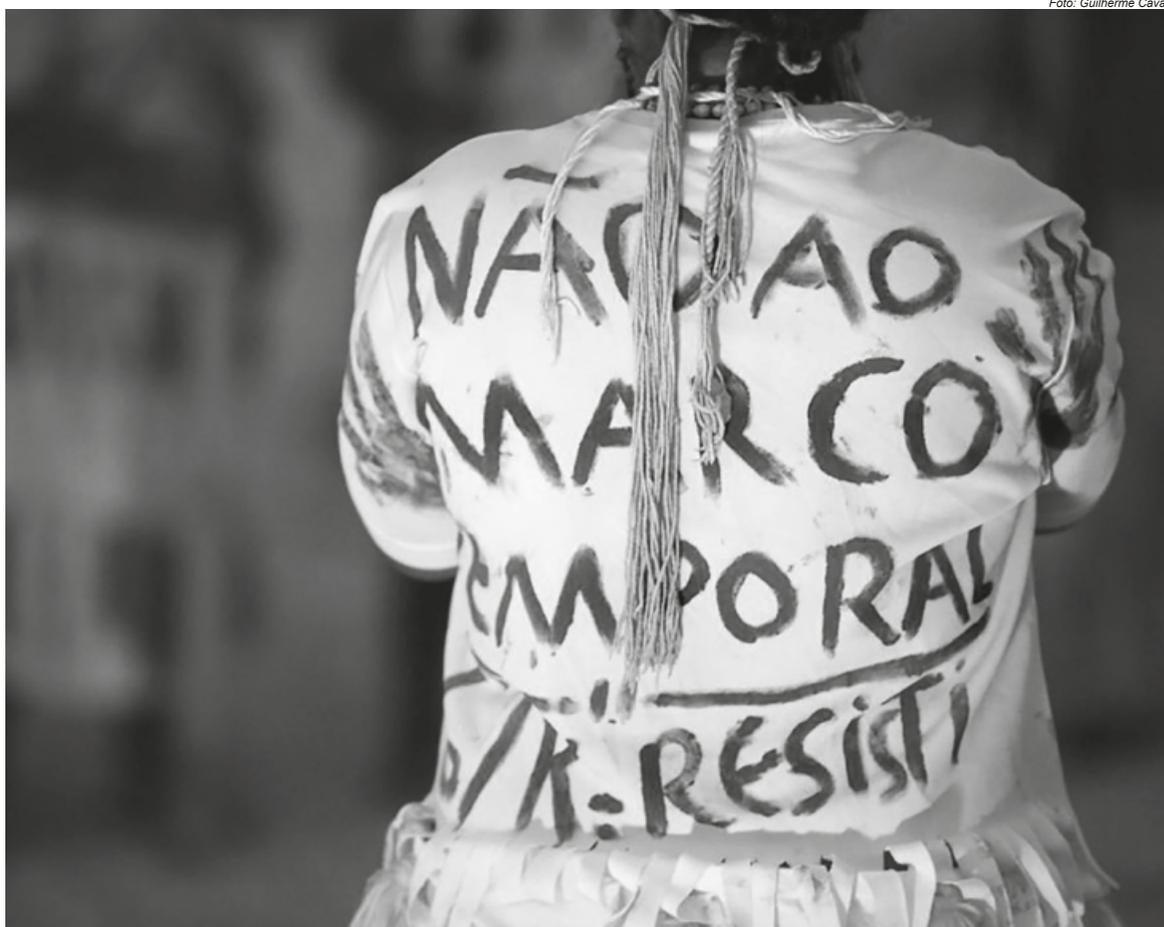
Em apoio aos indígenas, o Cimi também protocolou um documento no Ministério Público Federal em Rondônia e na Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no dia 19 de outubro. Logo no início do texto, a entidade solicita “especial atenção e providências desta 6ª Câmara em relação aos fatos noticiados na Carta dos povos Migueleno, Kujubim e Puruborá”.

“A divulgação desse vídeo, associado a uma série de outras campanhas de desinformação, tem promovido, segundo relatado por indígenas e missionários deste Conselho, um terror nos moradores locais e, consequentemente, a aversão e animosidade na convivência entre não-índios com as comunidades indígenas locais”, diz um trecho do documento.

“As populações indígenas temem por suas vidas e deixaram de realizar suas atividades coletivas com medo de retaliações. Este fato, além de impactar no modo de vida dos povos tradicionais, coloca em risco também o desenvolvimento de eventuais atividades de servidores da Funai no desempenho de suas funções institucionais, bem como o livre exercício do voto no processo eleitoral em curso”, completa.

GT na Funai

Os territórios requisitados pelos Migueleno, Puruborá e Kujubim ainda aguardam a devida demarcação. Dos três povos, os Puruborá e os Migueleno possuem Grupo de Trabalho (GT) criado para estudo de áreas etno-histórica, antropológica, cartográfica e ambiental, na Fundação Nacional do Índio (Funai) – Portaria Funai 469, de 25 de janeiro de 2022 (Puruborá) e Portaria Funai 439, de 1 de dezembro de 2021 (Migueleno).



Povos indígenas estão mobilizados contra o marco temporal

Os dois povos tiveram seus grupos criados recentemente por determinação judicial, após ações civis públicas no MPF em Rondônia as quais solicitam a continuidade dos processos.

Mas vale lembrar que, há mais de dez anos, tanto os Puruborá quanto os Migueleno tentam instituir um Grupo de Trabalho na expectativa de garantir os seus territórios demarcados e os direitos garantidos. A morosidade escancara não só a falta de prioridade de demarcar as terras indígenas, mas também o desmonte da Funai ao longo dos últimos quatro anos.

Enfrentamento

Logo após a criação do GT dos Puruborá, no começo deste ano, o senador – e atual candidato ao governo de Rondônia – Marcos Rogério (PL) subiu no púlpito do plenário do Senado Federal para se posicionar sobre o caso. Além disso, ele não escondeu a sua vontade de aprovar, o quanto antes, a tese do marco temporal.

“Nos últimos tempos, o judiciário tem se debruçado sobre o tema das demarcações das terras indígenas. Estão em curso ações civis públicas em vários foros no Brasil. Mas, por conta do crescente ativismo judicial, a questão é politizada além da conta. Na minha avaliação, não há o que politizar. A Constituição Federal é clara e deve ser seguida a tese do marco temporal”, afirmou o senador.

“Não há o que inventar. Basta seguir a Constituição Federal. Contudo, diante de toda a questão política que envolve o tema, já recebo relatos do meu estado de Rondônia de que a Funai, por força de determinação judicial, publicou a portaria 469, de 25 de janeiro de 2022, em que constitui Grupo de Trabalho visando realizar estudos multidisciplinares da área reivindicada pelos Puruborá, dos municípios de Seringueiras e São Francisco. Veja que a realização de tais estudos gera enorme insegurança jurídica. As pessoas do campo poderão perder o direito de propriedade e fonte de sustento”, completou – com informações falaciosas.

Entenda: marco temporal

O marco temporal é uma tese que busca restringir os direitos constitucionais dos povos indígenas. Nessa interpretação, defendida por ruralistas e setores interessados na exploração das terras tradicionais, os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, ou que, naquela data, estivessem sob disputa física ou judicial comprovada.

Na avaliação de indigenistas, juristas, lideranças indígenas e do Ministério Público Federal (MPF), essa é uma tese perversa, pois legaliza e legitima as violências a que os povos foram submetidos até a promulgação da Constituição de 1988, em especial durante a Ditadura Militar.

Em nota pública, CNDH repudia campanha de desinformação contra os povos indígenas de Porto Murtinho (RO)

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) repudiou, por meio de nota pública divulgada no dia 25 de outubro, a campanha de desinformação contra os povos indígenas Migueleno, Puruborá e Kujubim, do Distrito de Porto Murtinho, em Rondônia.

O CNDH diz, ainda, que a divulgação do vídeo, “desprovido de veracidade”, gerou “animosidade em relação aos povos indígenas” e que poderá, inclusive, colocar em risco o trabalho de servidores da Funai.

“Além de impactar no modo de vida dos povos tradicionais, este fato coloca em risco o desenvolvimento de eventuais atividades de servidoras/es da Funai no desempenho de suas funções institucionais, bem como o livre exercício do voto no processo eleitoral em curso, tanto para indígenas como não indígenas que recebem esse tipo de informação falsa”, afirma o CNDH.

Ao final do documento, o CNDH reafirmou sua solidariedade e compromisso com os povos indígenas do distrito de Porto Murtinho – povos

Migueleno, Kujubim e Puruborá – e afirmou que é “necessário que sejam adotadas, com urgência, medidas preventivas”.

“É necessário que sejam adotadas, com urgência, medidas preventivas e ostensivas para interromper a circulação do vídeo de forma imediata, para resguardar a integridade física e a liberdade dos povos indígenas diretamente afetados pela divulgação de notícias inverídicas e para apurar eventuais ilícitos penais e eleitorais, ademais de promover a identificação e responsabilização dos que criaram e divulgaram o vídeo. Destaca-se ainda a necessidade de que seja apurado se a prática em questão está sendo replicada em outros locais do país com o mesmo fim”, afirma, em nota, a CNDH.

Por fim, o CNDH reiterou que “a não demarcação e a não proteção das terras dos povos originários se relacionam diretamente com outras violações de direitos humanos”. Por isso, o Conselho reforçou a importância de o Supremo Tribunal Federal (STF) retomar e encerrar, de vez, o julgamento do Recurso que trata do chamado marco temporal.

Bolsonaristas oferecem gado em troca de votos indígenas no Tocantins

Conheça as estratégias ilegais de políticos e empresários para tentar convencer os indígenas Krahô a não votar em Lula

Por **Murilo Pajolla**, Brasil de Fato Lábrea (AM)

Dinheiro, festas, presentes, jogo de futebol com premiação e até cabeças de gado. Esses são os instrumentos utilizados por políticos, empresários e fazendeiros bolsonaristas para comprar o voto de indígenas Krahô no norte do Tocantins, em plena reta final do 2º turno das eleições presidenciais. No primeiro turno, o estado deu 50,4% de votos em Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e 44% em Jair Bolsonaro (PL).

Na última semana, uma liderança indígena fez uma denúncia de compra de votos pelas redes sociais. “Ontem o ex-prefeito Vinicius de Goiatins veio aqui na aldeia Pedra Branca esforçando a comunidade da aldeia Pedra Branca votar no presidente Bolsonaro em troca de vaca”, publicou. A identidade da liderança será preservada por segurança.

Pedra Branca é a maior e mais populosa aldeia Krahô, onde está instalada uma seção eleitoral. O “Vinicius” citado na denúncia é Vinicius Donnover Gomes (PSD), ex-prefeito de Goiatins, um dos dois municípios habitados pelo povo Krahô.

Apoiador de Jair Bolsonaro (PL), Gomes teve o mandato cassado em 2013 por compra de votos. Entre as vantagens oferecidas aos eleitores pelo ex-prefeito na época, estavam combustível, materiais de construção, motosserra, sementes e conserto de veículo.

Com base na denúncia contra o ex-prefeito publicada nas redes sociais pela liderança indígena, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) fez um pedido de investigação à Polícia Federal (PF) por crime eleitoral.

Prefeita bolsonarista teria comprado votos, dizem indígenas

O segundo município habitado pelos Krahô no Tocantins é Itacajá, comandado pela prefeita Maria Aparecida Lima Rocha Costa (PSC), apoiadora de Jair Bolsonaro. Indígenas e indigenistas ouvidos em condição de anonimato pela reportagem afirmam que Aparecida e comerciantes têm tentado comprar votos de indígenas em favor de Bolsonaro.

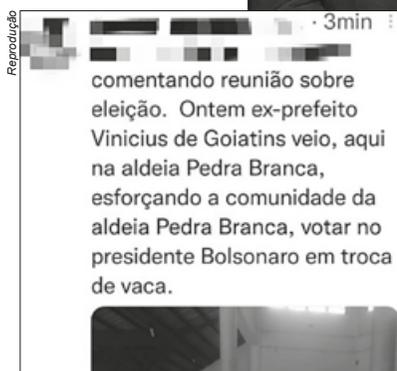
“A prefeita de Itacajá deu muito dinheiro para as lideranças aqui na terra indígena para fazer festa e comprar voto. Agora teve festa, jogo de futebol, tudo pela prefeitura que estava gastando recurso. Ela [prefeita Maria Aparecida] estava dando até dinheiro em premiação em jogo de futebol”, afirmou uma liderança indígena, que diz ter recebido ameaças e intimidações por tentar convencer indígenas da sua comunidade a recusar a venda do voto.

Outro indígena da região testemunhou: “aqui perto da nossa aldeia tem um cara que pegou dinheiro, bebeu cachaça e saiu falando para todo mundo que ela [prefeita de Itacajá] estava com dinheiro para comprar voto. Quem quisesse [era só pegar o dinheiro]. Inclusive ele espalhou dinheiro para os parentes dele nas festas”.

Um integrante da Fundação Nacional do Índio (Funai) que não quis se identificar também diz que os crimes eleitorais são frequentes. “Tem essa prática de apoiar com gado, com festas, com viagens. A gente sabe de



Governador do Tocantins, **Wanderlei Barbosa**, com o presidente da República, **Jair Bolsonaro**



Publicação no Twitter denuncia compra de votos; MPF pede investigação

aldeias que tiveram festas e churrascos apoiados por deputados e que tiveram bastante votos para eles”, diz.

O Brasil de Fato procurou a prefeitura de Itacajá, mas ninguém respondeu. O contato do ex-prefeito de Goiatins Vinicius Donnover Gomes não foi localizado. O espaço está aberto às manifestações, e a reportagem poderá ser atualizada a qualquer momento.

Bolsonaro usa políticos locais para ampliar apoio

O antropólogo Ian Packer, que trabalha com os Krahô desde 2015, afirma que Jair Bolsonaro faz uso de governos e prefeituras alinhadas ao bolsonarismo como forma de tentar sabotar o direito ao voto dos indígenas.

“Eles fazem isso sem nenhum escrúpulo. Fica claro como é uma ação orquestrada e difundida em várias regiões do Brasil”, avalia. Em apoio a Bolsonaro, empresários e fazendeiros da região também participam do boicote.

“Há uma tentativa de impedir populações indígenas e rurais mais vulneráveis de exercer o voto, ou mesmo pagar para que as pessoas não votem. É uma situação



Transporte de eleitores indígenas em caminhonetes de comerciantes é precário e inseguro

muito preocupante. A gente vê que é uma ação orquestrada e, sobretudo, coerente com o que o governo Bolsonaro fez até agora contra os povos indígenas”, diz o antropólogo.

Boicote ao transporte

Na área rural de Itacajá, são poucas as aldeias Krahô com urna eletrônica. Por isso, a maioria dos indígenas tem que se deslocar por até 60 km por estradas de terra para votar.

Todos os anos, no domingo de eleições, os Krahô embarcam em caminhonetes e carrocerias de caminhões para serem levados até os locais de votação em aldeias vizinhas. O transporte - muitas vezes precário e inseguro - é contratado pela prefeitura de Itacajá e pelo TRE-TO junto a comerciantes locais.

“Os comerciantes têm o carro deles. Na época de eleição eles levam o povo para votar. Porém todos eles são bolsonaristas. Eles são ricos, né?”, afirma uma liderança indígena da região, que pediu anonimato por medo de represálias.

No primeiro turno deste ano, tudo ocorreu dentro da normalidade. Os veículos fretados levaram os indígenas até a cidade. Mas faltando 15 dias para o segundo turno, os caciques foram surpreendidos. A prefeitura comunicou ao TRE-TO que o transporte para o dia 30 de outubro ficaria “inviável”.

“Os veículos que fizeram o transporte do eleitorado indígena no 1º turno foi doação dos comerciantes locais. Sendo que para o 2º turno os mesmos não se propõem a fazê-los”, diz ofício encaminhado à Justiça Eleitoral pela prefeita de Itacajá.

“O governador que eles [comerciantes] estavam apoiando ganhou. Agora eles não querem saber mais da gente. Sabe por quê? Porque a maioria dos Krahô daqui vão votar em Lula. Todo mundo sabe disso”, afirma uma liderança indígena, referindo-se ao governador bolsonarista Wanderlei Barbosa (Republicanos), reeleito em primeiro turno no Tocantins.

TRE garantiu voto dos Krahô

No ofício ao TRE-TO, a prefeitura informou que não tinha dinheiro para pagar o transporte e pediu que a Justiça Eleitoral custeasse a gasolina. A prefeita Maria Aparecida Lima Rocha se limitou a disponibilizar dois ônibus e um veículo utilitário da prefeitura, frota insuficiente para garantir os votos de cerca de 800 indígenas das aldeias Taypoca, Serra Grande, Mangabeira, Campos Limpos, entre outras.

“A gente se sentiu traído, enganado pela prefeita”, protesta outra liderança Krahô. “Porque ela fez o possível e o impossível para levar o povo para votar [no 1º turno]. Como o candidato dela ganhou, ela se mostrou para todos nós. Ela é bolsonarista. E agora ela vem dizer para nós que não tem recurso para mandar o carro, para combustível, para mais nada”, acrescenta.

O direito ao voto dos Krahô só foi garantido após a intervenção do Ministério Público Federal do Tocantins (MPF-TO). Em resposta a uma manifestação do procurador Álvaro Lotufo Manzano, o TRE-TO decidiu ceder 12 veículos para atender especificamente a área indígena. “A determinação é para que nenhum eleitor deixe de comparecer às urnas por falta de transporte”, escreveu o juiz eleitoral Carlos Roberto de Sousa Dutra. ♦

Decreto enfraquece Funai, afronta Constituição e inviabiliza participação indígena

Decreto do governo federal que reformulou estatuto da Funai extingue espaços de participação indígena e enfraquece unidades descentralizadas, aponta análise técnica da Assessoria Jurídica do Cimi

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

O Decreto 11.226/2022, que reformulou o Estatuto da Fundação Nacional do Índio (Funai), extingue espaços de participação e controle social destinados aos povos indígenas, afronta a Constituição Federal e enfraquece a missão institucional do órgão, responsável por zelar pelos direitos dos povos originários. Essa é a conclusão da análise técnica do decreto realizada pela assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Publicado no dia 7 de outubro de 2022, o decreto estabelece uma série de modificações na estrutura da Funai, especialmente no que diz respeito às atribuições das coordenações e unidades descentralizadas do órgão indigenista.

Entre outras alterações, o decreto extingue os Comitês Regionais e o Conselho Fiscal da Funai e esvazia as funções institucionais das Coordenações Técnicas Locais, das Coordenações Regionais e das coordenações das Frentes de Proteção Etnoambiental e do Museu do Índio. Além disso, modifica competências de setores como a Procuradoria Federal Especializada, da Diretoria de Proteção Territorial, da Ouvidoria e da Corregedoria.

Na avaliação da assessoria jurídica do Cimi, o decreto “gera prejuízos imensuráveis aos indígenas, seus direitos e ao seu patrimônio material e imaterial”, e “desestrutura às inteiras o órgão indigenista, em especial no seu funcionamento descentralizado”.

A análise técnica aponta que o decreto atenta contra os princípios constitucionais que devem ser obedecidos pela administração pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – e afronta os artigos 231 e 232 da Constituição Federal, que garantem aos povos indígenas seus direitos específicos.

“Há uma deliberada intenção de esvaziar a transparência e o monitoramento das ações do órgão e de seus gestores, que atenta contra o Estado Democrático de Direito”, avalia a assessoria jurídica do Cimi.

Segundo a análise, o enfraquecimento das unidades descentralizadas e da procuradoria especializada também afeta negativamente as demarcações de terras e as ações de proteção e fiscalização das terras já demarcadas.

“Se as demarcações de terras indígenas já se encontram em estágio letárgico, para não dizer suspensas pela Funai, certo é que o novo decreto contribuirá ainda mais com



Foto: Hellen Loures/Cimi

Acampamento Terra Livre 2022

a paralisação dessa política constitucional, também em claro prejuízo à proteção e fiscalização dos territórios já demarcados”, afirma a nota.

A assessoria jurídica do Cimi também destaca o fato de que, no primeiro artigo do estatuto da Funai, foi retirada a menção ao “prazo de duração indeterminado” do órgão.

“Caso não seja uma mera coincidência”, aponta a nota, “estamos diante de um desmonte deliberado da política indigenista que nada mais pretende a não ser apontar o caminho para a extinção do órgão mais importante para a concretização dos direitos indígenas”.

Sem consulta

A modificação substancial da estrutura do órgão sem que os povos indígenas fossem consultados viola a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. A Convenção regulamenta o direito dos povos indígenas à consulta livre, prévia e informada.

“Temos aqui uma grave afronta ao direito indígena e por isso mesmo se torna viciado o Decreto nº 11.226/2022, devendo ser, desde logo, revogado, pois não foram obedecidas as diretrizes apontadas em norma supralegal”, aponta a análise técnica.

Extinção de órgãos colegiados

Os Comitês Regionais e o Conselho Fiscal foram extintos na reestruturação da Funai. Na avaliação da assessoria jurídica do Cimi, embora não contasse com a participação direta de indígenas ou de integrantes da sociedade civil, a extinção do Conselho Fiscal diminui a “transparência na administração econômica e financeira da Funai e do patrimônio indígena”.

Os Comitês Regionais, por outro lado, permitiam a participação de representantes indígenas e tinham, entre suas atribuições, as de colaborar na formulação de políticas públicas de proteção territorial e de acompanhar a prestação de contas das Coordenações Regionais da Funai.



5 VEZES EM QUE
BOLSONARO FOI CONTRA
OS DIREITOS INDÍGENAS

Foto: Verônica Holanda/Cimi

MEDIDAS E PROJETOS ANTI-INDÍGENAS

Minutos após sua posse, Bolsonaro editou uma Medida Provisória que, dentre outros pontos, retirou da Funai suas principais atribuições, de proceder aos estudos de demarcação de terras e de fiscalização e proteção das áreas demarcadas. O governo de Bolsonaro também tenta aprovar projetos que vão na contramão dos direitos originários, como os PLs 490/2007 e 191/2020.



NEM 1 CENTÍMETRO DE TERRA

Como prometido antes de se tornar presidente, Bolsonaro não demarcou nem 1 centímetro de terra indígena. Essa postura segue na campanha eleitoral de 2022. A não demarcação dos territórios prejudica diretamente os povos, incentiva as invasões e o desmatamento.



O novo decreto centraliza essas atribuições na Diretoria Colegiada, formada apenas pelo presidente da Funai e pelos diretores do órgão. “Na prática, o que o novo decreto faz é justamente retirar os povos indígenas das instâncias onde se estabelecem as políticas públicas da Funai”, sintetiza a nota técnica.

Unidades descentralizadas

As Coordenações Técnicas Locais, as Coordenações Regionais, as Coordenações das Frentes de Proteção Etnoambiental e o Museu do Índio, embora não tenham sido extintos, tiveram suas competências completamente suprimidas no novo estatuto da Funai.

“Dado que existe a previsão legal de uma estrutura, mas esta é extirpada de sua funcionalidade e de sua competência, fica obviamente esvaziada na prática a sua função institucional”, aponta a assessoria jurídica do Cimi. “Sem competência, a estrutura descentralizada deixa de existir”.

Entre as atribuições que foram retiradas das Coordenações Regionais estão funções como coordenar, implementar e monitorar ações de proteção territorial e de promoção dos direitos indígenas e apoiar o monitoramento territorial das terras indígenas.

No caso das Coordenações Técnicas Locais, foram removidas atribuições como o planejamento e a implementação de ações de promoção e proteção dos direitos indígenas e de proteção territorial.

E, no caso das Coordenações das Frentes de Proteção Etnoambiental, as principais atribuições referiam-se à proteção e ao levantamento de informações sobre povos indígenas em isolamento voluntário.

“Temas como educação, cultura, preservação ambiental, saúde, proteção e fiscalização territorial e, até mesmo, a manutenção dos sistemas de sobrevivência física e cultural de grupos em isolamento voluntário ficam prejudicados”, analisa a assessoria jurídica do Cimi.

Esta alteração é grave, segundo a avaliação técnica, pois “tende a afetar diretamente a questão territorial, deixando completamente desprotegidos os territórios indígenas, o que facilita a invasão, o esbulho, a violência e a apropriação das riquezas naturais existentes nas terras indígenas, bem como prejudica a efetivação do direito fundamental de demarcação das terras de ocupação tradicional”.

Gabinete da Funai

O Gabinete da Funai, que era responsável por realizar a interlocução entre o Presidente e as diretorias, unidades descentralizadas e público externo, também ficou esvaziado em suas funções – o que, na avaliação técnica da assessoria jurídica do Cimi, resulta num distanciamento entre a presidência da Funai e as unidades de base.

“Se a política indigenista deve ser feita de forma uniforme no país, com um comando central articulado entre todas as regionais e dirigentes, a transformação do ‘Gabinete’

Governo Bolsonaro prometeu dar uma foïçada na Funai

Primeiro ele cortou os membros e, agora, com esse decreto, ele corta a cabeça do órgão, alerta representante do Cimi

Antonio Eduardo Cerqueira de Oliveira, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em entrevista para Mara Luquet, do MyNews, denuncia que governo, ao estabelecer novo estatuto para Funai, instala mudanças estruturais que impactam diretamente no funcionamento do órgão e que afetarão demarcação de terras indígenas, reduzindo a autonomia do órgão na construção e aplicação das políticas indigenistas oficiais. Veja abaixo a fala completa.

“O presidente Jair Bolsonaro, já em 2018, quando estava em campanha, prometeu que se fosse eleito daria uma foïçada na Funai. Em 2019,

já eleito, ele cumpriu a promessa e deu uma foïçada nas pernas da Funai. Ele paralisou totalmente as demarcações de terras indígenas no Brasil, prejudicando enormemente as comunidades indígenas e, posteriormente, ele entregou a Funai à bancada ruralista.

A segunda foïçada foi fazer com que a Funai mudasse completamente os seus objetivos institucionais, fazendo a defesa dos ruralistas e não mais a defesa dos direitos dos povos indígenas a qual ela foi constituída.

E a terceira foïçada vem com esse decreto nº 11.226, a qual extingue os comitês regionais, extingue as frentes de proteção etnoambientais e as coordenações técnicas locais. Ou seja, são aquelas instâncias administrativas que estão mais próximas das áreas indígenas e que tem a responsabilidade primeira de proteger os direitos dos povos indígenas do Brasil. Ele praticamente extingue o órgão indigenista oficial, que é constitucionalmente constituído para defender os direitos indígenas, e desconsidera completamente a Constituição ao dizer que não considera a existência de povos indígenas no Brasil, que não considera a existência de territórios indígenas. Ele realiza uma política totalmente violenta ao incitar toda

a população contra os territórios indígenas, provocando a invasão, provocando conflitos e gerando uma atenção enorme nos territórios, nas áreas indígenas e, de forma insustentável, levando a óbito muitos indígenas devido a esta violência implantada.

Vale lembrar que os povos indígenas tem proteção constitucional, eles têm dois artigos na Constituição brasileira que reconhece a existência dos povos indígenas e de seus territórios e chama a responsabilidade do governo federal para a proteção desses territórios, portanto, o governo está incorrendo em uma ação inconstitucional ao dizer que não existe povos indígenas e que o governo não tem responsabilidade quanto a proteção desses territórios.

A demarcação de um território indígena e a proteção deste território, significa a proteção do meio ambiente. Proteger um território indígena significa que você está protegendo o próprio povo, a cultura dele, mas também toda a biodiversidade e toda a população que está no entorno. A preservação significa proteção das florestas, que tem impacto direto no ar que respiramos, no clima, por isso, esse é um bem também político e econômico”.



Antônio Eduardo de Oliveira, secretário executivo do Cimi

num espaço esvaziado resulta num verdadeiro retrocesso”, aponta a nota técnica.

Procuradoria Federal Especializada

A Procuradoria Federal Especializada também sofreu grande redução nas suas atribuições. Antes, ela possuía competência para expedir pareceres normativos vinculantes, sob a aprovação do Presidente e Procurador-Chefe da entidade, além de também poder buscar soluções para controvérsias envolvendo os povos indígenas e a Funai.

A análise técnica da assessoria jurídica do Cimi aponta

que a diminuição das atribuições da Procuradoria Especializada da Funai reduz, também, a autonomia dos servidores para divergirem das diretrizes políticas do governo federal.

“A Procuradoria vê diminuir sua incidência dentro das decisões da Fundação”, aponta a nota técnica. “Sendo servidores públicos de carreira, suas análises técnicas e jurídicas poderiam não estar alinhadas ao governo federal, e o novo Estatuto tratou de diminuir sua interferência, principalmente com a desautorização na edição de pareceres e na resolução de conflitos entre indígenas e Funai, o que é extremamente prejudicial”. ♦

DESMONTE DA FUNAI

Bolsonaro não só escanteou indigenistas experientes do órgão, como também cortou recursos que deveriam ser destinados às ações de proteção dos territórios indígenas. Atualmente, ele assinou o Decreto 11.226/2022, que reformulou o Estatuto da Funai. A medida extingue espaços de participação destinados aos indígenas, afronta a Constituição e enfraquece o órgão.



MILITARIZAÇÃO DA FUNAI

Desde o início, um dos objetivos do plano de governo bolsonarista era militarizar os órgãos públicos e ministérios. A Funai não escapou. Desde o início do governo, organizações indígenas denunciam que a militarização da Funai prejudica o contato entre os povos originários e as coordenações regionais.



EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA

Em visita à Terra Indígena Yanomami, em maio de 2021, Bolsonaro afirmou que trabalha para aprovar projetos relacionados à mineração em terras indígenas, porque, de acordo com ele, essa é uma demanda “dos índios”.



Joênia Wapichana e o apoderamento dos espaços para a ampliação do protagonismo indígena na política

A trajetória de Joênia Wapichana, a primeira deputada federal indígena na história e terceira representante indígena no parlamento brasileiro, que abriu caminhos para a “bancada do cocar”, eleita em 2022

Por **Hellen Loures**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Há 40 anos, o cacique Xavante Mário Juruna fez história ao se tornar o primeiro indígena a ocupar uma cadeira no parlamento brasileiro. Com mais de 31 mil votos, ele foi eleito como deputado federal pelo PDT no Rio de Janeiro e abriu caminhos para a visibilidade indígena. Era o começo da conscientização sobre o papel do povo originários e sua representatividade na política. Após seu mandato, o país voltou a ter representação indígena no Congresso Nacional somente em 2014, quando José Carlos Nunes da Silva (PT-ES) foi eleito deputado estadual no Espírito Santo.

Mas foi nas eleições de 2018 que o protagonismo e a força das mulheres originárias ficaram historicamente conhecidas, quando Joênia Batista de Carvalho - Joênia Wapichana - fez ecoar, no Congresso Nacional, as vozes até então silenciadas das mulheres indígenas.

Naquele ano, pela primeira vez, foram registradas a candidatura de três mulheres indígenas na busca por representar efetivamente seu povo e sua etnia diante do cenário político brasileiro: Sonia Guajajara para a Vice Presidência, Telma Taurepang para o Senado Federal pelo Estado de Roraima e Joênia Wapichana para o cargo de Deputada Federal também pelo Estado de Roraima. Esta, na ocasião, eleita com 8.434 votos, se tornando exemplo de liderança e representatividade feminina nas lutas das mulheres e dos povos indígenas na Câmara Federal.

A partir daí, o crescente processo de representação e visibilidade das mulheres indígenas, por meio do protagonismo desse grupo, vem fortalecendo o cenário político que muitas vezes era invisibilizado. É um movimento de construção e de resignificação de estruturas organizativas que muitas vezes se entrelaçam – seja de gênero, seja étnico-racial. É a busca dos povos originários e da mulher indígena no meio político para frear a desigualdade e as injustiças.

Nesse sentido, Joênia Wapichana imprimiu uma nova forma de olhar a política. Sua trajetória - carregada por caminhos que legitimam a bandeira histórica de luta e resistência de seu povo -, serviu de exemplo e incentivo para que um novo grupo se reerguesse diante da política nacional neste ano, se fortalecendo à medida que a mulher indígena vem tomando posse dos espaços que também lhes pertencem.

Trajatória

Antes mesmo de sua candidatura, Joênia já fazia história como a primeira mulher indígena a se formar em direito no Brasil, em 1997, pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Outro feito foi a conclusão de seu mestrado pela Universidade do Arizona, nos Estados Unidos. Uma trajetória que embasou ainda mais suas ações contrárias as violações dos direitos dos povos indígenas, levando-a, em 2008, a ser a primeira mulher indígena a fazer uma sustentação oral no Supremo Tribunal Federal - STF, durante a homologação que definiu os limites contínuos da Terra indígena Raposa Serra do Sol.

Joênia Wapichana construiu sua trajetória e identidade junto à comunidade, buscando representar os



Joênia Wapichana

povos indígenas na busca pelos direitos que por lei são garantidos e ao mesmo tempo lutando por reparações que ainda não foram totalmente reconhecidas.

Apesar de toda sua história e atuação, a parlamentar não se reelegeu para o mandato de 2023 - 2026. Numericamente, Wapichana teve mais votos que outros três candidatos na região, foram 11.221 votos. Ela foi a sexta candidata mais votada na classificação geral, mas sua reeleição foi impossibilitada pelo coeficiente eleitoral roraimense.

Joênia, entretanto, tornou-se uma personalidade de destaque nacional e internacional no cenário político brasileiro e, por ser uma voz feminina indígena que é resistência, continuará sendo referência, independente do status que ocupe. A quem diga que ela possa vir a ocupar o posto de ministra dos Povos Originários, tendo em vista que o candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), garantiu em sua campanha que, se eleito, irá criar tal ministério.

Uma coisa é certa, Joênia Wapichana semeou a agenda indígena e de apoio às mulheres originárias na Capital Federal e, agora, em 2023, outras guerreiras da ancestralidade poderão dar continuidade ao seu legado no Congresso Nacional. Sônia Guajajara Psol/SP, Célia

Xakriabá PSOL/MG e Juliana Cardoso PT/SP serão os nomes das representantes indígenas dentro do parlamento brasileiro até 2026.

O que essas mulheres tem em comum? Elas vêm construindo uma visibilidade nacional com suas lutas e demandas, transformando a maneira como outras mulheres indígenas se posicionam frente a sociedade opressora e racista, reagindo a toda investida de violação e conquista de seus territórios tradicionais.

A seguir, entrevista inédita de Joênia Wapichana ao Jornal Porantim. Nela, a liderança indígena fala sobre sua trajetória enquanto parlamentar e também sobre as perspectivas do processo de articulação da pauta indígena no Brasil.

Porantim - Quais foram os maiores desafios enfrentados durante o período em que esteve na cadeira de Deputada Federal pelo Estado de Roraima?

Joênia Wapichana - Foram inúmeros os desafios. O primeiro por estar num espaço onde a maioria dos parlamentares era da base do governo e somente uma minoria, entorno de 130 parlamentares, faziam parte da oposição. Consequentemente, vimos ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei

Foto: Tiago Micotto



Foto: Evan Schneider / ONU

Na ONU, Joênia Wapichana recebe o Prêmio de Direitos Humanos 2018. Primeira advogada indígena do Brasil foi premiada ao lado da ativista dos direitos das meninas na Tanzânia Rebecca Guymi, da advogada de direitos humanos no Paquistão Asma Jahangit e da fundação Front Line Defenders da Irlanda

(PL) 490, que traz em seu texto impactos significantes para a demarcação de terras indígenas. O desafio foi convencer os parlamentares da importância de não reduzir os direitos constitucionais e não desmontar a política indigenista. E, principalmente, quando me deparei com a pandemia de Covid-19, que era necessário um projeto específico para assegurar a saúde dos povos indígenas, ter que sensibilizar de uma forma bem clara, dizendo não se tratar de uma disputa sobre direitos, mas sim a garantia a vida de cidadãos e cidadãs brasileiras indígenas que mereceriam uma política específica e diferenciada para o enfrentamento da Covid.

Creio que o bolsonarismo e todo esse pensamento que traz as pessoas que defendem o governo, o negacionismo em torno de algumas questões ambientais, o período que vimos avançar o desmatamento na Amazônia e, principalmente, a contradição em termos de desenvolvimento econômico fez com que precisaremos vencer esse tipo de ideologia para não retroceder ainda mais os direitos.

Outro desafio foi justamente encaminhar as denúncias relacionadas a violação de direitos dos povos indígenas, principalmente relacionadas aos garimpos ilegais, uma vez que apenas eu atuava como parlamentar indígena em todo o país.

Porantim - Qual sua análise a respeito do legado deixado de ampliação da participação das mulheres indígenas no espaço social e da abertura do diálogo para a pauta indígena?

Joênia Wapichana - Desde que fui eleita, sempre motivei a participação indígena nos processos eleitorais, por entender que o exercício dos direitos civis e políticos são uma ferramenta também de defesa desses direitos. E que a participação dos povos indígenas, especialmente das mulheres, vem somar como mecanismo de proteção e de protagonismo, além também de luta pelos interesses, uma vez que a participação política ela nos dá a possibilidade de fazer proposições, de manifestar as nossas opiniões e de possibilitar a defesa dos direitos constitucionais. Então, eu sempre coloquei que não gostaria de ser a única e nem a última, já que os povos indígenas tem todo direito de exercer sua cidadania, de voltar, mas também de ser votado e, principalmente, de reivindicar seus direitos e de tomar decisões sobre suas vidas.

Porantim - Quais serão os novos caminhos que irá percorrer após o encerramento do mandato?

Joênia Wapichana - Continuarei na defesa dos direitos dos povos indígenas. Sou advogada por profissão, tenho uma trajetória na defesa da causa indígena e estou disponível para qualquer convite do governo, pois quero contribuir nas políticas públicas, no exercício dos direitos indígenas e continuar acompanhando essa pauta, mesmo que de outras formas, atuando como ativista de defesa de direitos ou nos muitos projetos que iniciei na Câmara dos Deputados. Creio que é possível continuar fazendo *Advocacy* dentro do parlamento e vou continuar fazendo isso em outras frentes, apoiando as organizações indígenas a partir do movimento indígena.

Porantim - Qual sua perspectiva a respeito da atuação das novas representantes indígenas eleitas para o mandato de 2023 – 2026? Quais os desafios elas encontrarão atuando em prol dos direitos indígenas e das reparações históricas que ainda não foram totalmente reconhecidas?

Joênia Wapichana - Eu espero que elas consigam continuar esse trabalho de representação política indígena



Foto: Christian Braga – MNI



Foto: Wesley Amaral-Câmara dos Deputados



Arquivo

parlamentar. Eu fiquei por quase quatro anos sozinha ali e o desafio de ser líder me deu oportunidade de ter espaços dentro da casa. Agora, num outro cenário, com uma bancada - a bancada do cocar - que vem maior número, eu espero que elas consigam fazer um trabalho mais articulado, mais intenso. Eu sei que a nova composição da próxima legislatura também será de maioria de bolsonarista, ruralistas e de pessoas que querem retalhar os direitos dos povos indígenas. No entanto, estamos com o Executivo que se manifestou a favor dos povos indígenas, que fez propostas e promessas de governo para que resolva questões urgente como a retirada de garimpos e que se propôs a revogar atos administrativos que revertem direitos. Que o Executivo então possa fazer um trabalho conjunto com a bancada cocar no sentido de possibilitar a consolidação de algumas políticas públicas, tais como a participação social dos povos indígenas, através do Conselho Nacional de Política Indigenista; que possam trabalhar um orçamento mais condizente com a realidade dos povos indígenas, para que haja proteção das terras, fiscalização e monitoramento; que a educação indígena tenha a promoção de mais ações e programas que visam proteger as línguas indígenas; e que a questão saúde indígena possa ser fortalecida. Minha perspectiva é que a bancada do cocar possa ter mais possibilidade de avançar nas políticas públicas indígenas.

Conheça as representantes indígenas para o mandato de 2023-2026

Sônia Guajajara é a primeira mulher indígena eleita como deputada federal por São Paulo, com mais de 156 mil votos, o maior número já obtido por um indígena na história. A representante dos povos originários também foi candidata a vice-presidente na chapa do PSOL encabeçada por Guilherme Boulos na eleição de 2018 – a primeira indígena a concorrer ao cargo. Guajajara nasceu na Terra Indígena Araribóia (MA), atua no movimento indígena há mais de 20 anos e é formada em Letras e Enfermagem e especialista em Educação Especial pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Sônia é uma personalidade muito homenageada e premiada por sua atuação em defesa dos direitos humanos dos povos indígenas.

Célia Xakriabá é a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal por Minas Gerais, com mais de 101 mil votos. A professora ativista do povo Xakriabá é mestra em desenvolvimento sustentável pela Universidade de Brasília e doutoranda em antropologia pela UFMG. Ela dedica-se à luta pelos direitos das línguas indígenas ameaçadas e é uma das fundadoras da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade.

Juliana Cardoso PT/SP se autodeclara afro-indígena (mãe negra e pai indígena), é educadora e é a única mulher indígena na Câmara Municipal de São Paulo. Em seu quarto mandato como vereadora pelo PT no estado, Cardoso já presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal e criou o Conselho Municipal dos Povos Indígenas. Ela é a primeira indígena eleita deputada federal pelo partido dos Trabalhadores – PT, com mais de 125 mil votos. Juliana atua nas áreas de direitos humanos, direitos das mulheres, moradia popular, saúde pública, assistência social, infância e juventude.

A contribuição jesuíta para o nascimento do Cimi no Mato Grosso

Por Gabriel Vilardi, S.J.¹⁾ e Aloir Pacini, S.J.²⁾

Neste ano de 2022, em que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) completou cinquenta anos de fundação [e há um mês de seu Congresso comemorativo que tem como tema “Memória, mística, resistência e esperança” e como lema “50 anos a serviço da vida dos povos indígenas”], o cenário de violações dos direitos indígenas é assustadoramente desolador e preocupante. A partir da análise do último relatório anual de Violência Contra os Povos Indígenas, publicado pela entidade, pode-se afirmar que o Brasil vive sob o pior governo para os povos originários desde a redemocratização. Em artigo publicado no citado documento, os indigenistas Lucia Helena Rangel e Roberto Antonio Liebgott denunciam que “sob Bolsonaro, a violência e impunidade contra os povos indígenas foram naturalizadas”⁽³⁾:

Sob o governo de Bolsonaro se introduziu, na relação do Estado com os povos indígenas, pelo menos duas concepções de fundo que embasam os crimes e a impunidade: a primeira vincula-se à ideia de que os indígenas não são sujeitos de direitos como os outros humanos, prevalecendo a lógica do “selvagem” que, como tal, pode ser agredido, atacado, expulso ou morto; a segunda vincula-se à ideia nefasta de que os povos não precisam de terra e que tudo que se faz para eles, em termos de políticas públicas, é privilégio; portanto, ignorá-los, integrá-los, violentá-los e até matá-los não são problemas.

Não se compreende a resistência dos Povos Indígenas nos últimos cinquenta anos sem a participação, apoio e assessoria do Conselho Indigenista Missionário que rompeu com uma pastoral de desobriga, eminentemente sacramentalista e voltada para uma catequização cheia de colonialismos. O propósito do Cimi era demarcar suas terras tradicionais, auxiliar na saúde e educação diferenciadas e específicas com o compromisso de respeitar e valorizar suas organizações sociais, crenças e línguas. Ao longo dos anos o Cimi tornou-se um dos maiores aliados das lutas indígenas como sinal do Evangelho, desempenhando um importante papel de fortalecimento do protagonismo dos principais interessados, os próprios indígenas.

É verdade que essa frutífera conversão da Igreja não se deu sem tensões e incompreensões mútuas, confrontos internos e variados graus de adesão à profética posição trazida pelo recém-fundado organismo missionário, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Um caminho pontuado por avanços e retrocessos, tendo passado pelo Sínodo para a Amazônia (2019) e chegado aos dias atuais sendo a Igreja, na pessoa do Papa Francisco, bispos e missionários, uma valiosa e confiável aliada.

Também fundamental para a primeira evangelização do Brasil foi o papel da nascente Companhia de Jesus, que apenas nove anos após a sua aprovação papal enviava o primeiro grupo de jesuítas à jovem colônia, em 1549. As missões jesuítas junto aos Povos Indígenas foram objeto de inúmeros estudos e duras críticas por parte dos historiadores e especialistas. Algumas delas talvez mais acertadas e justas do que outras. Aprofundar alguns fatos



Celebração dos 50 anos do Cimi, Cuiabá, 31/10/2022

“Ao longo dos anos o Cimi tornou-se um dos maiores aliados das lutas indígenas como sinal do Evangelho, desempenhando um importante papel de fortalecimento do protagonismo dos principais interessados, os próprios indígenas”

marcantes que contribuíram com o processo de criação do Cimi e lançar luz sobre a participação relevante dos filhos de Santo Inácio de Loyola nessa ruptura no modo de relacionar-se com os primeiros habitantes dessas terras é determinante para pensar e sonhar os próximos cinquenta anos de luta e resistência.

Em 1929, a Companhia de Jesus assumiu o trabalho missionário de criar a Prelazia de Diamantino (MT) e o grupo de jesuítas e religiosas que trabalhavam com os indígenas organizou-se em torno da denominada Missão Anchieta (MIA), baseada nos métodos de evangelização da época. Para tanto, em 1945 fundou o Centro Educacional de Utiariti, que funcionava em regime de internato, com o fim de educar as crianças e os adolescentes, capacitando-os profissionalmente.

Em encontro celebrativo pelos cinquenta anos do Cimi, realizado em Cuiabá, no último dia 31 de outubro, Sebastião Moreira, conhecido como Tião do Cimi, coordenador do Regional Mato Grosso por vários mandatos, recordou que o grupo maior de internos em Utiariti eram Rikbaktsa transformados em órfãos pela invasão dos seringueiros a seu território e consequentes epidemias que deixaram morta mais da metade de sua população. Não teriam sobrevivido sem essa intervenção do Padre Dornstauder. Os impactos eram avassaladores para essas crianças que se sentiam longe de suas famílias e culturas. Com o envio de jovens jesuítas para a etapa do magistério, entre eles Egidio Schwade e Thomaz Lisboa, as interpelações não tardaram. De volta a São Leopoldo (RS) para realizarem

seus estudos teológicos (1966) e influenciados pelos ares do Concílio Vaticano II (1962-1965), os estudantes escreveram um manifesto com críticas às práticas pastorais e pedindo o encerramento do Internato.

Na Semana Santa de 1967, esses mesmos estudantes de teologia buscaram uma missão entre o povo Kaingang (RS) e encontraram uma situação calamitosa de marginalização e miséria. Indignados, os jesuítas publicaram alguns artigos no jornal *Correio do Povo* com ampla repercussão que ultrapassou a região Sul e chegou até a capital federal. Diante da pressão, instalou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Federal, o que colaborou para a extinção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), no mesmo período.

De fato, a inadequação das respostas dos internatos tornara-se evidente e a Companhia de Jesus não permaneceu inerte: tratava-se de superar a velha e colonial visão de “civilizar” os indígenas e integrá-los à sociedade ocidental. No ano seguinte, sob a direção do já então Padre Thomaz Lisboa, SJ e com a autorização do Superior Geral da ordem que visitou o local, o Centro Educacional de Utiariti foi fechado e os missionários jesuítas passaram a morar nas comunidades indígenas e encarnarem-se nas culturas desses povos da região, tais como os Nambikwara, Paresí, Manoki, M'Yky, Enawenenawê e os Rikbaktsa, entre outros.

O Padre Pedro Arrupe, SJ teria avisado que esse novo modo de proceder traria mártires, o que foi assumido de forma consciente pelos indigenistas, porque um novo começo era imprescindível. De fato, os mártires não tardaram, o Padre João Bosco Burnier, SJ (12/10/1976), missionário entre o Povo Bakairi e o Ir. Vicente Cañas, SJ (06/04/1987), missionário entre o Povo Enawenenawê, deram a vida pela fidelidade ao Reino de Justiça e Fraternidade anunciado pelo Evangelho da Justiça com suas místicas.⁽⁴⁾

1 Jesuíta; bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e bacharel em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE - Belo Horizonte/MG). Membro da Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima, onde vive com os povos Wapichana e Macuxi, na Região da Serra da Lua.

2 Aloir Pacini é antropólogo e jesuíta que atua na UFMT com os povos indígenas no Mato Grosso.

3 Cimi, Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2021, pág. 17.

4 PACINI, Aloir; LARA, Marina Garcia. *Revisitando a Missa da Terra sem Males' Mass in Pope Francis' times*. [Revisiting the Terra sem Males' Mass in Pope Francis' times] Tellus, Campo Grande, MS, ano 22, n. 47, p. 165-196, jan./abr. 2022 <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/779>.

Ainda em 1968, realizou-se, em São Paulo, o 1º Encontro sobre Presença da Igreja nas Populações Indígenas, articulação do jesuíta Egydio Schwade. Alguns meses mais tarde, em Melgar, na Colômbia, aconteceu o primeiro encontro latino-americano sobre o tema, convocado pelo Departamento de Missões do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Em que pese este tenha sido bastante proveitoso, a II Conferência Geral do Episcopado da América Latina, em Medellín, foi pouco influenciada pelo encontro que lhe precedeu.

A partir da inspiração que o Padre João Dornstauder, SJ teve de trazer voluntários da Áustria para auxiliar nos trabalhos da Missão Anchieta e formar a *Missão Volante*, Egydio Schwade apostou na formação de jovens leigos para fortalecer uma presença missionária renovada e fundou, prioritariamente com jovens das Congregações Marianas, em 1969, a Operação Anchieta (OPAN), posteriormente renomeada como Operação Amazônia Nativa. A organização investiu em cursos específicos de indigenismo aliados a inserções acompanhadas nas comunidades indígenas, o que atraiu muitos jovens, inclusive, estrangeiros. Com o advento do Cimi muitos de seus membros fortaleceram o organismo vindo a ocupar posições de destaque, tais como os secretários-executivos dos períodos de 1983, 1987 e 1991. Destaque para o saudoso Antônio Brand, de Linha Dom Diogo, Salvador do Sul (RS) que também fora jesuíta.

Nessa mesma época, o também jesuíta Padre Adalberto Holanda Pereira, SJ publicou seu livro o “Diretório Indígena”, com intuições fundamentais para a mudança da abordagem missionária. A obra trouxe normas e conselhos para os missionários indigenistas que rompiam com o etnocentrismo então vigente ao pontuar: “Não queremos igualar o índio a nós, mas prepará-lo para viver conosco, permanecendo ele diferente. Não existe o Índio, um igualzinho ao outro. Existem populações indígenas e os índios, pessoas e indivíduos”. Defende ainda uma formação específica para que não se incorresse na irresponsabilidade se “trabalhar com as populações indígenas sem que se tenha pelo menos uma atitude antropológica”.

Também nesse ano outro jesuíta, o Padre Antônio Iasi Jr., SJ, é solicitado pelo presidente da Funai, José Queirós Campos, a assessorar o órgão federal. Como o SPI fora extinto, a nova organização prometia avanços significativos no indigenismo oficial. Realizado o 1º Simpósio Indigenista entre Funai e Missões Religiosas, Dom Tomás Balduino e Padre Ângelo Venturelli serão nomeados como titular e suplente do Conselho Indigenista da entidade. Em âmbito continental realizou-se o segundo encontro em San Antonio de los Altos, na Venezuela, em que se reafirmou a reunião anterior com a necessidade de uma formação consistente,



Gabriel Vilardi, SJ com a Dep. Joênia Wapichana e lideranças indígenas da Serra da Lua (10/04/2022)

reforçando-se o pedido “para preparar os que pela primeira vez vão trabalhar nas missões; renovar e atualizar os que já trabalham nas regiões missionárias”.

Com o 2º Encontro de Estudos sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas (1970), decidiu-se pela criação de uma assessoria especializada sobre o tema na CNBB e os primeiros responsáveis foram os Padres Ângelo Venturelli, Antônio Iasi Jr, SJ e José Vicente César. Tendo em vista a saída do presidente da Funai e a nomeação de um militar para o seu lugar, percebendo a inexistência de liberdade suficiente para a sua atuação, o Padre Iasi, SJ desligou-se de suas funções no órgão. Era o tempo do “milagre brasileiro”, em que o linha-dura general Médici comandava a ditadura e, com seu plano inescrupuloso, avançava vorazmente sobre a região Amazônia, em nome do tresloucado “desenvolvimento nacional”.

Reconhecido no meio indigenista, o padre jesuíta foi incumbido pela conferência dos bispos de visitar as 20 prelazias amazônicas para levantar a situação da pastoral indigenista na região. No final, produziu o “Relatório da Visita às Prelazias da Amazônia”, em que constatava que “as missões estiveram mais a serviço dos exploradores que

dos índios e, hoje, continuam a se ocupar quase que somente daqueles, deixando as ovelhas negras do rebanho de Cristo – os índios – no mais completo abandono”.

Na esteira dos encontros latino-americanos dois deles merecem destaque, o de Xicotepec, no México e o de Iquitos, no Peru (1971). Naquele os membros da Pastoral Indigenista proclamaram que “Deus fala no próprio coração das culturas indígenas. (...) E se a missão da Igreja é precisamente descobrir Cristo nas culturas, realizar nelas a plenitude da palavra, sua tarefa é simultaneamente levá-las à plenitude de seu desenvolvimento cultural”. Enquanto este último encontro, apesar da ausência de representantes do Brasil, propôs a criação da Conferência Episcopal da Amazônia, o que só se concretizou quase cinquenta anos depois, em 2020, com a Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA).

Outro valoroso defensor da causa indígena, Dom Pedro Casaldáliga, lançou sua carta pastoral “Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” (10 de outubro de 1971). De forma corajosa, o bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia denunciou o injusto latifúndio que expulsava os posseiros e os indígenas de suas terras, além da agressiva política oficial de integração dos povos originários na sociedade não-indígena.

No mesmo período, um grupo de quinze antropólogos, dos quais quatro brasileiros, entre eles Darcy Ribeiro, aprovou a Declaração de Barbados I que, apesar de reconhecer que “elementos dissidentes dentro da Igreja estão tomando uma posição clara de autocritica radical”, pedia a saída dos missionários dos territórios indígenas por perpetuar a “situação colonial imperante”, com a consequente “imposição de critérios e padrões alheios às sociedades indígenas dominadas”.

Ainda nesta época, em razão do perigo a que estavam expostos pelo avanço impiedoso da fronteira agrícola, os missionários Thomaz Lisbôa e Vicente Cañas lideraram uma expedição para estabelecer os primeiros contatos com o Povo M'byky, o que aconteceu em 13 de junho de 1971. Infelizmente, restavam apenas 23 membros dessa etnia, com sérios riscos de ser extinta. O principal objetivo era protegê-los dos invasores de seus territórios. A empreitada teve o cuidado de não transmitir nenhuma doença e a integridade física de todos foi preservada. Começava assim a longa e frutuosa história de inserção de Thomaz Lisbôa entre seus novos amigos, a quem serviu pelo resto de seus dias.

Mais uma profunda e bela história de amor entre os missionários jesuítas e um Povo Indígena, aconteceu com os Rikbaktsa. O Padre João Dornstauder, SJ, ousando-se inserir-se no meio da guerra que acontecia entre essa etnia e os seringueiros, realizou os primeiros contatos pacíficos, em 31 de julho de 1958. Vítimas de permanentes ataques daqueles que cobiçavam suas terras, o padre jesuíta agiu para evitar uma tragédia maior. Tristemente, muitos pereceram em virtude das epidemias transmitidas por contatos inadequados e violentos. Cerca de 70 crianças órfãs foram levadas para o internato de Utiariti e, após o seu fechamento, o jovem Balduino Loebens, SJ fez o caminho inverso e foi morar com eles, em 1971. Até o fim permaneceu fiel, quando fez sua Páscoa, em 2014, no mesmo Rio Juruena que tantas vezes navegou.

Reunidos em Assunção, no começo de 1972, os missionários indigenistas reconheceram que “nossas Igrejas, mais de uma vez, têm sido coniventes ou instrumentalizadas por ideologias e práticas opressivas do homem” e que “a Igreja não tem sido alheia a estas práticas nas quais os critérios racistas substituíram o critério do Evangelho”. Todavia, rejeitaram a proposta de suspensão das atividades missionárias e instaram a Igreja a “apoiar decididamente a formação de organizações propriamente indígenas”.

Finalmente, com o intuito de dar uma coesão maior ao trabalho missionário, a CNBB convocou o 3º Encontro de Estudos sobre a Pastoral Indígena, a ser realizado em Brasília



Foto: Gilberto Vieira dos Santos

Durante a 48ª Assembleia do Cimi Regional Mato Grosso, a celebração a vida, as memórias e a luta de seus mártires

onde apareceriam reações contrárias ao golpe militar no Brasil. O historiador Benedito Preziosi publica no livro “Caminhando na luta e na esperança” (Ed. Loyola, 2003), que muitos estavam insatisfeitos com os encaminhamentos realizados pelo Padre João Mommerti, responsável pelo Secretariado Nacional de Atividade Missionária (SNAM): “um grupo de jesuítas de Diamantino propôs uma nova pauta, que incluía, entre outros temas, ‘a formação de um instituto dinâmico e representativo para a formação da política indigenista no país’ (Schwade, Cronologia)”.

Assim, em 23 de abril de 1972 era criado, como dizia Pedro Casaldáliga, as quatro letrinhas que iriam incomodar governos, latifundiários e grileiros inimigos dos Povos Indígenas, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com a clareza de que o importante era assegurar seus territórios tradicionais e o protagonismo dos povos indígenas sobre seus processos históricos. No grupo fundador estavam, dentre outros, os jesuítas Dom Henrique Froehlich, SJ (Diamantino-MT) e os Padres Thomaz Aquino Lisbôa, SJ, Egydio Schwade, SJ e Adalberto Pereira, SJ.

No já citado encontro celebrativo entre indigenistas do Regional Mato Grosso, acontecido recentemente, a irmã salesiana Ada Gambarotto, uma das poucas pessoas ainda vivas que assinou o documento de criação do Cimi, disse que na ocasião pensou ser o fim das Missões com os indígenas, mas resolveu apoiar para não se indispor com os demais missionários. Como se percebe, foi uma aposta ousada daquele primeiro grupo de indigenistas!

Dos seis membros do primeiro conselho da entidade, dois eram jesuítas, além do próprio Thomaz Lisbôa, que futuramente ocuparia a sua vice-presidência, o Adalberto Pereira, SJ também foi escolhido para fazer parte. Ademais, aquele que será o primeiro regional, Mato Grosso, era onde tinham sua sede a Missão Anchieta e a OPAN. Alguns meses mais tarde, em novembro, Egydio Schwade, SJ tornou-se o primeiro secretário-executivo do Cimi, sendo o responsável pela implementação dos Regionais, a partir de 1974. Função que também seria ocupada pelo Pe. Antônio Iasi, SJ algum tempo depois.

Essa fase inicial pode ser dividida em dois períodos distintos. O primeiro, que vai até junho 1975, chamado de oficialista, é marcado por uma ala mais conservadora que desejava manter o colaboracionismo com o Estado. Enquanto o momento profético, que vai até julho 1979, apesar da quase inexistente estrutura organizacional, foi povoado de denúncias e críticas às missões tradicionais. As reações contra essa ousadia dos indígenas e missionários não demoraram a chegar de muitas formas, dentro e fora da Igreja Católica. E, em Merure (MT), o salesiano Rodolfo Lunkenbein foi morto com o Bóe Simão Bororo em 16/07/1976. Alguns meses mais tarde, o então Coordenador do Regional do Cimi-MT, João Bosco Burnier, SJ, também será martirizado no local que se transformará no Santuário dos Mártires da Caminhada.

Em meio às disputas internas sobre as posições do organismo, um grupo de missionários e bispos, sob a coordenação do Padre Iasi, SJ, produziu um documento-



Lideranças indígenas de Mato Grosso participam de audiência na Câmara dos Deputados, em Brasília

-denúncia chamado “Y-Juca-Pirama. O índio: aquele que deve morrer”, publicado em março de 1974. Inicialmente previsto para o 25º aniversário da Declaração de Direitos Humanos da ONU, o atraso se deu em razão da dificuldade de se encontrar uma gráfica ou editora que o imprimisse. Entre os dozes signatários, além do já citado Pe. Iasi, SJ estava o Pe. Thomaz Lisbôa, SJ. A análise da conjuntura dos Povos Indígenas é estarrecedora, com incontáveis denúncias de extermínios e da lógica assimilacionista da ditadura em vigor:

Aí está uma interpelação que suscita uma indispensável pergunta, em sentido contrário: o que seria o Brasil, se contasse positivamente com o índio? É bem possível que muitas autoridades e brasileiros de mentalidade capitalista e imperialista tremam diante desta pergunta, o que mostra que, consciente ou inconscientemente, apoiam a extinção dessas populações que constituem, por seus valores positivos, uma contestação viva do sistema capitalista assim como dos tais ‘valores’ da pretensa ‘civilização cristã’. Diante de outra pergunta (o que seria a nossa Igreja, se contasse positivamente com o índio?), talvez a atitude de muitos irmãos de fé seria igualmente de embaraço. Se olhássemos positivamente para os valores vividos pelos índios ao criticarem nossos valores, ficaria evidente um incômodo julgamento.

Os impactos foram tão grandes que obscureceram a repercussão do recém-aprovado Estatuto do Índio, em dezembro de 1973. O governo militar revidou e proibiu que o bispo Pedro Casaldáliga e os padres jesuítas Iasi e Edydio entrassem nos territórios indígenas. O Pe. Iasi, SJ também teve que ficar detido por algumas horas no Posto Indígena em Apucarana, no Paraná. Essa brutalidade contra os Povos Indígenas, tão presente nos anos

de chumbo, nunca desapareceu, de fato, mesmo com a Constituição Cidadã de 1988 e o restabelecimento da democracia. Como se não bastasse, infelizmente, houve um inegável recrudescimento da violência contra os povos originários desde a eleição do seu autodeclarado inimigo, Jair Bolsonaro.

Um sinal de grande esperança surgido naquela época e que continua reverberando até os presentes dias foi o nascimento do movimento indígena organizado. O gérmen esteve nas Assembleias de Chefes Indígenas promovidas pelo Cimi, sendo a primeira delas em Diamantino, na sede da Missão Anchieta, em 19 de abril de 1974. Conforme anotou o Pe. Iasi, SJ, “o resultado foi surpreendente: os índios redescobriram que eles devem ser os sujeitos de seus destinos; não é a Funai, nem são as Missões os que resolverão os problemas deles”.

No período de dez anos após a primeira assembleia, foram realizadas mais de vinte reuniões sendo que dessas, dezesseis contaram com o apoio do Cimi. A 7ª Assembleia, que aconteceu no Surumu, Roraima, em 1977, teve a presença do presidente do Cimi, Dom Tomás Balduino e de seu secretário-executivo, Pe. Edydio Schwade, SJ. Em razão das denúncias que vinham sendo realizadas pela entidade missionária, a reunião foi interrompida pelo governo dando-se como justificativa a falta de autorização da Funai. Ao contrário de inibir as lideranças indígenas, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) se fortaleceu e se tornou uma das organizações mais fortes e articuladas do movimento indígena nacional, tendo eleito em 2018 a primeira parlamentar indígena da história do país, Deputada Joênia Wapichana (2019-2023).

E muitos foram os companheiros e as companheiras desse grupo tão diverso de *amigos no Senhor* que, apaixonados pelos Povos Indígenas, deram seus melhores anos ao seu lado. À radical e inculturada inserção aliam

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

Whatsapp (61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: R\$ 130

Ass. dois anos: R\$ 190

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

Assinatura de apoio: R\$ 170

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

uma sistemática reflexão crítica e uma destemida denúncia profética sobre a estrutural indignidade e cruel injustiça a que estavam submetidos esses povos pelos governos que se sucediam no Brasil. Não se calaram, nem retrocederam diante das muitas resistências e incompreensões sofridas, inclusive por parte de seus coirmãos e superiores dentro das próprias Congregações religiosas.

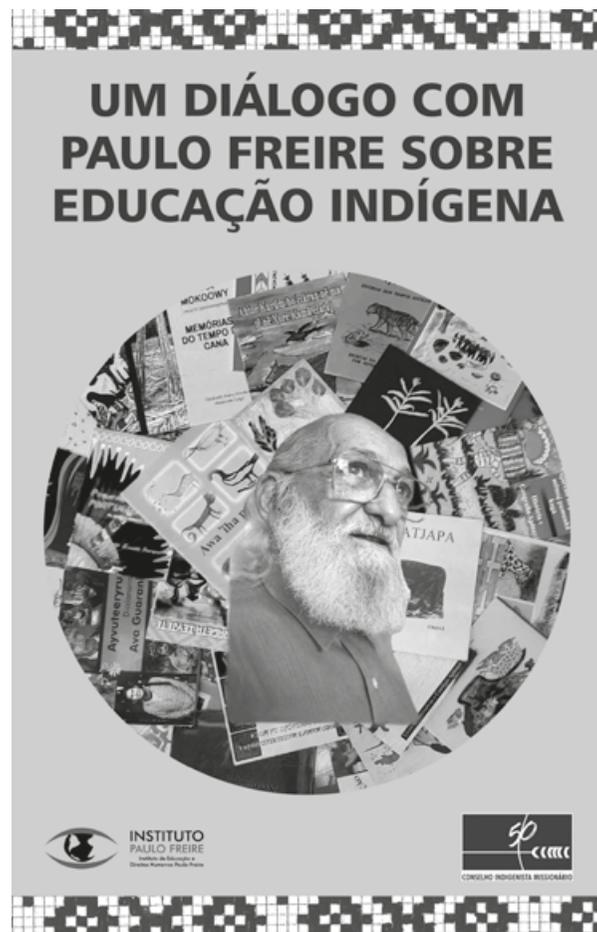
Na rebelde fidelidade souberam discernir os sinais dos tempos e saíram do “próprio amor, querer e interesse”, fazendo-se pobres com o Cristo pobre, desprezados com Cristo desprezado e loucos com Cristo que primeiro foi tido por louco, como ensina Santo Inácio de Loyola, nos números 189 e 167 dos Exercícios Espirituais. Por graça Daquele que os chamou para o despojamento de coração, fizeram-se Paresí com os Paresí, Kurá-Bakairi com os Kurá-Bakairi, Rikbaktsa com os Rikbaktsa, Mÿky com os Mÿky, Enawenenawê com os Enawenenawê...

Mesmo depois de tanto bem recebido e compartilhado por esses companheiros indigenistas, as perseguições permanecem e abandonar essa aliança com os povos da floresta não é uma opção. O sangue indígena clama por justiça! As palavras do atual presidente do Cimi, Dom Roque Paloschi, no último relatório anual são de uma clareza incômoda:

No Brasil, desde então esse cenário desolador só se aprofundou. Nos últimos anos, o governo federal estimulou com desembaraço incomparável a ação dos grupos econômicos e criminosos que avançam sobre os territórios indígenas, devastam biomas e ecossistemas – e destroem –, com omissão ativa do Estado, a fonte de Vida desses povos.

Oxalá o Deus que se fez indígena desperte outros amigos da causa como João Bosco Burnier, Vicente Cañas, João Dornstauder, Adalberto Holanda Pereira, Antônio Iasi, Balduino Loebens, Thomaz Lisbôa e Egidio Schwade. Que Nossa Senhora da Amazônia, Mãe dos Injustiçados, ajude a derrotar os dragões que ameaçam o seu *bem-viver*, na certeza de que os próximos cinquenta anos de luta e caminhada que virão sejam junto aos Povos Indígenas!

Experiências de Formação e aprendizagem com os Povos Indígenas do Cimi Regional Mato Grosso



O livro *Um diálogo com Paulo Freire sobre Educação Indígena* pode ser acessado no seguinte link:

bit.ly/dialogo-PauloFreire

Em junho de 1982, numa assembleia do Cimi Mato Grosso, o regional debateu profundamente o tema da educação indígena com o educador Paulo Freire, a partir de experiências dos missionários e missionárias do Cimi e de subsídios como o documento “A Conjuntura sobre a Educação Indígena”, de autoria da liderança Pareci Daniel Cabixi.

O encontro suscitou importantes reflexões, que repercutem até hoje na atuação e no entendimento do Cimi em relação ao tema. A missionária Beth Amarante compartilha seu relato sobre a marcante ocasião e seus desdobramentos: “O desenrolar de um encontro. Há encontros que acontecem e passam... mas há outros que permanecem vivos e se desenrolam ao longo da História. Esses encontros marcam data, mas superam as datas de um calendário!”

Em 1982, o Cimi Regional Mato Grosso realizou sua VIII Assembleia anual, sobre o tema Educação Indígena, convidando Paulo Freire a assessorar. Ele nos abriu caminhos, descortinou perspectivas e horizontes que continuam nos orientando na proposta cotidiana de concretizar nosso testemunho, nosso sonho e missão por uma Educação Libertadora.

Em 2021, comemoramos o centenário de nosso querido Paulo Freire e dentro do processo de celebração dos 50 Anos do Cimi, lançamos o livro “Um diálogo com Paulo Freire sobre Educação Indígena” e assim, partilhamos o quanto sua voz ainda ecoa vibrante, o quanto ao longo da travessia de tantos anos, ainda nos alegra e fortalece o desenrolar desse Encontro ao longo de nossa História!”, Beth Amarante. (Texto publicado no “Boletim 50 anos Cimi”, edição especial nº 8)

O Boletim dos 50 anos do Cimi, instrumento de construção coletiva e circulação interna e aliados, retende servir para registrar alguns elementos do “Processo Celebrativo dos 50 anos do Cimi”, bem como para fazer memória, de forma bastante sintética, de alguns temas que marcaram esta bonita caminhada da entidade.

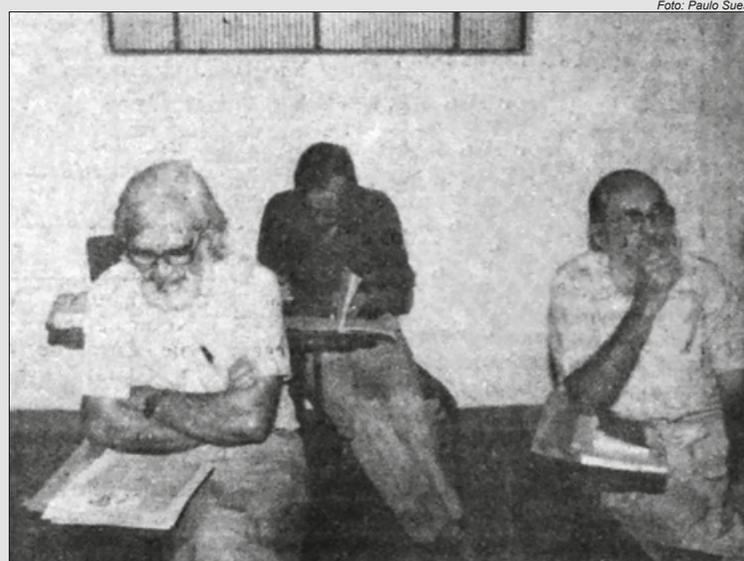
ENGATE ENTRE OS MUNDOS: a luta por direitos indígenas e a formação jurídica no Cimi

Na caminhada dos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) junto aos povos e comunidades indígenas, foram muitas as atividades de formação desenvolvidas pela sua assessoria jurídica e por missionários. E essa é uma cátedra insofismável que a entidade carrega com galhardia, porquanto levar sua compreensão sobre justiça e direito aos indígenas se tornou uma obra transformadora constante para o Cimi.

Nesse tempo de vida pastoral, a formação política e jurídica teve um papel especialmente relevante e foi um símbolo de coragem e valentia. Esse processo ocorre de forma itinerante. Ele acontece nas aldeias, nos encontros na comunidade, nas assembleias; acontece com a mobilização das delegações indígenas dentro e fora dos territórios. Onde estão os indígenas lutando por direitos, há um processo de formação política e jurídica e o Cimi está sempre presente a somar nesse aprendizado transformador.

Por isso mesmo, a partilha do conhecimento é uma escolha missionária e a opção pela transformação junto aos povos originários foi decisiva em muitos momentos históricos importantes. Valhamos nós do período constituinte, entre tantos outros momentos marcantes em que o estudo e a formação política e jurídica fizeram a diferença.

A assimilação do sistema jurídico do não-índio, com suas amarras e artimanhas, teve de ser apreendida pelos povos indígenas para não serem excluídos do universo do direito. Daí que o Cimi fez valer sua missão ao levar essa



Bartolomeu Meliá, Paulo Freire e Pedro Casaldáliga na VIII Assembleia do Cimi Regional Mato Grosso, realizada entre 16 e 20 de junho de 1982. Foto registrada na edição de número 42 do Jornal Porantim, de agosto de 1982

discussão para as comunidades, estudando e aprendendo coletivamente sobre como construir o seu protagonismo.

Não fosse o processo formativo desde sempre desenvolvido pelo Cimi, certamente não teríamos dado passos tão vigorosos e largos junto aos indígenas e provavelmente não teríamos como conquista os artigos 231 e 232 na nossa Constituição Federal, como o conhecemos hoje.

Passamos por um período importante de reconciliação democrática, entre 1987 e 1988. Havia no nosso caminho uma assembleia constituinte. Fomos criminalizados por estar junto aos povos indígenas. Mas esse processo foi responsável pela ruptura com sistemas totalitários, pela erradicação jurídica do regime tutelar e do integracionismo; foi responsável pelas garantias culturais dos povos, em especial pela conquista do direito à demarcação das suas terras de ocupação tradicional, o que só foi possível por ter o Cimi, com seus assessores jurídicos, de comunicação, teólogos e assessores políticos, firmado laços de fé e esperança com as comunidades indígenas na busca pelo conhecimento transformador.

Tantos já foram os seus assessores e missionários que, de igual modo, puderam ajudar a mudar a história indígena e indigenista no Brasil. Que o Cimi continue assim, a espriar a todos os campos cheios de vida a esperança e a fé, o conhecimento e o respeito, e que possa não deixar tudo o que juntou nestes anos de vida à margem da distribuição.

A formação jurídica e política levada aos indígenas tem sido um engate entre os mundos. Ela já foi transformadora, e deve assim continuar sendo. Mas tudo só foi possível pela esperança no Bem Viver. E que esse trabalho, ainda inacabado, possa continuar forjando saberes e tecendo muitas outras conquistas importantes aos povos indígenas. (Texto elaborado pela Assessoria Jurídica do Cimi para o “Boletim 50 anos Cimi”, edição especial nº 12)

CAUSOS E CASOS

Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

A guerra total

Por Egydio Schwade*

Quando em agosto de 1985, Doroti, eu e família chegamos à aldeia Yawara, Sul de Roraima, no Posto Indígena Terraplenagem, Km 285 da BR-174, para iniciar o processo de alfabetização, a casa destinada ao professor fora ocupada pelo chefe do posto da Funai. A casa havia sido construída pela Paranapanema, dentro de um contrato com a Funai. O chefe do posto nos ofereceu para moradia a casinha mais antiga do posto. Um depósito de velharias que eram jogadas sobre um vaso sanitário desativado. Quando fomos limpando a casinha, nos deparamos com sinais de um tempo de guerra. Estávamos tomando conta de um verdadeiro bunker. Para todas as direções abriam-se pequenos orifícios, onde só cabia o cano do fuzil ou do rifle. Contamos 18 furos. Discretamente, fomos observar também o depósito de mantimentos ao lado. Ostentava os mesmos sinais da violência.

Um dia, no ano de 1986, apareceu um funcionário da Funai que ajudara a construir aquele posto. Foi então que presenciei o seguinte depoimento do chegante, feito entre risos e gargalhadas dos seus companheiros de hoje:

“Quando o Gal. Demócrito nos veio entregar o fuzil, nos disse: ‘Se agora ainda aparecer alguém ferido por flecha, eu vou acabar de mata-lo!’. Gente, naquele tempo (referia-se ao período de 1975-76, quando os militares estavam construindo a BR-174 naquele trecho), aqui tinha sempre uns 45 funcionários da Funai, fora os 15 que estavam normalmente de férias. O nosso rancho enchia aquele depósito aí (apontando para o depósito de madeira à nossa frente). Um caminhão cheio nos abastecia todos os meses. De manhã, todo mundo levantava junto, na mesma hora. E todos armados íamos hastear a bandeira. Este posto Terraplenagem era considerado muito perigoso. Área do tuxaua comprido. Quando os índios apareciam, isto aqui virava uma praça de guerra. Por toda a parte havia gente acantonada com seu fuzil. E duas viaturas

do Exército em cada lado da estrada, prontas para entrar em ação. Os índios nada faziam porque não lhes dávamos chance nenhuma. Tinha dia em que vermelhava de índio. Apareciam de uma só vez mais de 300. Aqui fervilhava de índio”.

Fazendo um pouco de memória histórica.

No dia 20 de novembro de 1974, a imprensa noticiava um novo ataque dos índios Waimiri-Atroari, ou Kiñá como se autodenominam. Desta vez, a um acampamento do 6º BEC no KM 297, Sul de Roraima. No mesmo dia, o comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, general de brigada Gentil Nogueira Paes, convocou uma reunião do comando com o delegado da Funai Francisco Mont’Alverne Pires e o diretor da Divisão Amazônia da Funai, Saul Carvalho Lopes, no quartel do Ig. Santo Antônio da Abonari/BR-174/Amazonas, Km 200. A reunião aprovou doze medidas repressivas contra os Waimiri-Atroari que constam no ofício 042. Uma delas, a de número 11, diz: “esse comando, caso haja visitas dos índios, realize pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso da dinamite”.

A propósito, escreve José Porfírio de Carvalho, então Subcoordenador da Coama-Coordenação da Amazônia, órgão da Funai, comandado pelo Gal Demócrito: “Naquela manhã de novembro, foi oficializada a guerra que, desde muito tempo, existia contra os índios Waimiri-Atroari, isto com os funcionários da Funai coordenando em tudo que lhe foi dito e determinado pelo Alto Comando do 2º Grupamento de Engenharia e Construção”.

Waimiri-Atroari a história que ainda não foi contada

O Ofício 042 foi mantido em sigilo. Mas o seu conteúdo era conhecido dos militares, dos dirigentes da Funai e de seus funcionários na área. O uso de armas exclusivas do Exército, tais como metralhadoras, granadas defensivas e dinamite não era só para assustar os índios, como mostrou Sebastião Amâncio da Costa, quando foi indicado para substituir Gilberto Pinto, morto pelos índios no dia 29 de dezembro de 1974. Em entrevista ao jornal “O Globo”, no dia 05 de janeiro de 1975, afirmou: “Os Waimiri-Atroari precisam de uma lição: aprender que fizeram uma coisa errada. Vou usar mão de ferro contra eles. Os chefes serão punidos e, se possível, deportados para bem longe de suas terras e gente. Assim, aprenderão que não é certo massacrar civilizados (...) irei com uma patrulha do Exército até uma aldeia dos índios e lá, em frente a todos, darei uma bela demonstração de nosso poderio. Despejaremos rajadas de metralhadoras nas árvores, explodiremos granadas e faremos muito barulho, sem ferir ninguém, até que os Waimiri-Atroari se convençam de que nós temos mais força do que eles”.

O plano de Amâncio chocou a opinião pública e muitos apelaram ao presidente da Funai para que abrisse o jogo sobre qual era a política do órgão na estrada Manaus-Boa Vista. O general Ismarth, presidente da Funai, e o seu ponta-de-lança no Amazonas, delegado regional Francisco Mont’Alverne, que participou da elaboração do Of.042, aparentavam surpresa ante as declarações de Amâncio.

*Egydio Schwade é indigenista, pesquisador, apicultor, ativista e cidadão do Estado do Amazonas, título concedido pela Assembleia Legislativa daquele Estado pela dedicação em prol dos povos indígenas da Amazônia. Relação que se iniciou em 1963, num momento em que os povos daquela região eram dizimados, tendo seus territórios rasgados por estradas, invadidos, saqueados e sendo sistematicamente desqualificados e discriminados nas suas formas de ser e agir.

A coluna “Causos e Casos”, iniciada na edição de abril de 2021, é um especial dos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que traz textos assinados por Egon Heck e Egydio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

É a comemoração do cinquentenário por meio do reconhecimento da contribuição do Cimi para o desenvolvimento da causa indigenista a partir de seus missionários e missionárias, aqui representados por Egon Heck e Egydio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a

atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica.

As histórias da “Causos e Casos”, escritas especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo

as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena.

Egon Heck e Egydio Schwade relatam causos e casos com propriedade, pois, desde

os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.

